

CATEGORIAS E SEMIOSIS  
Notas Introdutórias ao pensamento do individual  
em C. S. PEIRCE

EDMUNDO BALSEMÃO

A. *Orientação temática geral* \*

O movimento filosófico do pragmatismo é uma realidade complexa que conhece duas gerações e diferentes problemas regionais, depois de o termo “pragmatismo” ter sido cunhado por Peirce no curso de conversas nos meados dos anos setenta do século passado, retomado em 1898 e fixado como nome de escola em 1902 no *Dictionary of Philosophy and Psychology* de J. M. Baldwin <sup>1</sup>. A primeira geração pragmatista integra os nomes de Peirce, Royce, Schiller, James, Dewey e Mead e preocupa-se, sobretudo, com o fundamento geral da “máxima pragmática” no campo da lógica, da teoria do conhecimento, da comunidade, da significação e da interpretação da acção. A segunda geração com Lewis, Morris e Hook pensa os meios de aplicação da máxima pragmática a questões lógicas, à linguística, às teorias do comportamento e à política. Mas o centro da problematização pragmatista foi inicialmente a lógica e a doutrina da significação <sup>2</sup>. Estas duas vertentes da corrente pragmatista

---

\* Neste estudo usarei dois tipos de anotação. Um primeiro tipo ocorre no próprio texto, entre parêntesis, e tem a finalidade de remeter o leitor para o número do volume e parágrafo das obras de C. S. PEIRCE, que na ocasião estiver a citar. Um segundo tipo é constituído pelas notas de pé de página convencionais. A edição das obras de PEIRCE utilizada é C. S. PEIRCE, *Collected Papers*, vols. I-IV, Ch. HARTSHORNE/P. WEISS (eds.), Cambridge (Mass.), 1931-35 e vols. VII-VIII, A. W. BURKS (ed.), Cambridge (Mass.), 1958.

<sup>1</sup> Para a integração histórica e biográfica de C. S. Peirce, cf. P.P. WIENER/F.H. YOUNG (eds.), *Studies in the Philosophy of Charles Sanders Peirce*, Cambridge (Mass.), 1952, 271-311.

<sup>2</sup> A importância deste núcleo doutrinário reflecte-se na própria ordenação em fases do pensamento do fundador do pragmatismo, tal como K. O. APEL a concebeu e incorporou na edição alemã dos Escritos. A perspectiva de APEL é a seguinte: 1. de 1868 até 1871 desenvolve-se uma época de “juventude”, caracterizada pela transformação das

foram baseadas numa concepção da representação de tipo “energético” ou dinâmico, que se reflecte no modo como se entendeu o conceito de Ideia. *Por ideia o pragmatismo entende a promoção de um sentido no interior de um campo de actividade*<sup>3</sup>. A verdade da ideia haverá de se articular com a força dessa ideia na produção de efeitos reais, no mundo objectivo ou em outros espíritos. A interpretação da “máxima pragmática” de Peirce por parte de W. James<sup>4</sup> e de outros seguidores irá, contudo, no sentido de um objectivismo da prática e da natureza dos testes, cujas consequências viriam a ser decisivas para a confusão entre o pragmatismo e uma mundividência estritamente “utilitarista” ou mesmo “oportunista”. Aquilo a que os manuais conferiram a dignidade de “critério pragmatista de verdade” acabaria por não ser mais do que uma degradação objectivista da máxima pragmática, tornando parcial o seu sentido original<sup>5</sup>. Num texto de 1905 (“What Pragmatism is?”) na forma de um diálogo, Peirce reconstruiu o sentido da “máxima pragmática”:

Questioner: I am astounded at your definition of your pragmatism, because only last year I was assured by a person above all suspicion of warping the truth -him-

---

problemáticas de uma “crítica do conhecimento” numa “crítica do sentido”; 2. de 1878 a 1885 segue-se um período de formação do pragmatismo, propriamente dito; 3. de 1885 a 1892 a fase da “metafísica da evolução”, de complexa compreensão; 4. uma fase avançada até 1907 (C.S. Peirce morre em 1914), caracterizada pela (re)construção do “pragmatismo” em confronto com a concepção dominante do pragmatismo, com W. JAMES e F.C.S. SCHILLER. Mas a origem e unidade do pensamento de Peirce teria lugar na doutrina das categorias: «der Logos Spermatikos der Peircschen Dialektik ist die Lehre von den drei Fundamentalkategorien» [C. S. PEIRCE, *Schriften zum Pragmatismus und Pragmatizismus*<sup>2</sup> (Hrsg. von K. O. APEL), Frankfurt/M., 1976, 8.]. Para uma outra orientação analítica na determinação de períodos de evolução cf. P. SKAGESTAD, «Peirce's development revisited» (rev. art.) in *Semiotica* 48 (1984), 133-141.

<sup>3</sup> Nesta concepção está envolvida toda uma época do desenvolvimento cultural americano. Veja-se a este respeito E. MOROT-SIR, «L'Amérique et le Besoin philosophique» in *Revue Internationale de Philosophie* 99/100 (1972) 4 e ss.; M. H. FISCH (ed.), *Classic American Philosophers*, N.York, 1951; J. L. BLAU, *Men and Movements in American Philosophy*, New York, 1952, 7. «Pragmatic Perspectives», 228 e ss.; H. M. KALLEN, «John Dewey and the Spirit of Pragmatism» in S. HOOK (ed.), *J. Dewey: Philosopher of Science and Freedom*, New York, 1950, 3-46.

<sup>4</sup> Cf. W. JAMES, *Pragmatism*, New York, 1907.

<sup>5</sup> Sobre a história da formação desta concepção cf. G. DELEDALLE, «C. S. Peirce - La nature du pragmatisme» in *Revue Philosophique de la France et de l'Étranger* CLIX (1969) 31 e ss e ID., «Les Articles pragmatistes de Charles S. Peirce» in *Ibid.*, CLXX (1980) 17 e ss. Um reflexo da atitude mental objectivista frente ao conceito pragmatista de ideia e de verdade que W. JAMES divulgou aparece, entre outros, no comentador crítico italiano do princípio do século U. SPIRITO, *Il Pragmatismo nella Filosofia contemporanea. Saggio critico*, Firenze, 1921, ver 73-91.

self a pragmatist - that your doctrine precisely was "that a conception is to be tested by its practical effects." (...)

Pragmatist: If you will turn to vols. VI and VII of the *Revue Philosophique*, or to the *Popular Science Monthly* for November 1877 and Januar 1878, you will be able to judge for yourself whether the interpretation you mention was not then clearly excluded. The exact wording of the English enunciation, (changing only the first person into the second), was: "Consider what effects that might conceivably have practical bearing you conceive the object of your conception to have. Then your conception of those effects is the **WHOLE** of your conception of the object (5.422).

O presente trabalho tenta demonstrar com base no relacionamento entre a ontologia e a teoria semiótica de Peirce, que a unidade ontológica, gnosiológica e semiótica da razão presente na sua doutrina das categorias é responsável pela integração progressiva dos elementos da experiência do individual, de tal modo que é no terreno da *semiosis* completa que se realiza a autêntica noção da realidade, isto é, na imanência da acção signitiva e não somente na forma da certificação factual da eficácia de certas concepções. O objecto do trabalho delimita-se, assim, no interior da corrente pragmatista, visando as obras do seu fundador, abstraindo dos diferentes percursos regionais da recepção do pragmatismo<sup>6</sup>.

Sendo um pensador do *geral* e, mais propriamente, da realidade eficiente da generalidade, Peirce permite uma reflexão, que hoje me parece actual, sobre as condições da representação filosófico-categorial do individual. Foi este último problema que me moveu no seu estudo.

### B. 1. *As categorias como modos da existência*

De 1855 a 1869, Peirce esboça o seu sistema categorial com base em investigações lógicas pessoais e no estudo da *Crítica da razão pura*<sup>7</sup>. Em 1867 publica o texto *On a new list of categories*. Anterior a esta investigação é conhecido o esboço de um espaço categorial triádico, datado de 1860<sup>8</sup>. Aqui, concebera três categorias como conceitos fundamentais de tudo "o que aparece" e identificava-as com a distribuição do próprio espaço pronominal nas três pessoas: eu, tu e isso (I, Thou, It).

<sup>6</sup> Entre nós e numa perspectiva mais envolvente da relação entre categorias e significação, pode ler-se A. COSTA MELO, *Categorias e Objectos*, I, Porto, 1988, sobretudo 77-138.

<sup>7</sup> D. SAVAN, «On the origins of Peirce's Phenomenology», in P. P. WIENER/F. H. YOUNG (eds.), *Studies in the Philosophy of C. S. Peirce, o.c.*, 185-194, especialmente 185-186; N. BOSCO, *La Filosofia pragmatica di C. S. PEIRCE*, Torino, 1959, 32 e ss.

<sup>8</sup> P. SKAGESTAD, «Peirce's development revisited» in loc. cit., 136.

As três categorias não se deduziam de uma análise lógica pura, mas da realidade da comunicação ou da transmissão da informação. Assim, o *eu* era definido como um simples “esboço”; o *tu* como o princípio “constutivo” ou, simplesmente, “construção”; o *isso* seria a completa “inconstituição”. Os fenómenos da comunicação dependeriam todos da formação de um significado comunicável, isto é, da passagem do mero esboço do significado completo para o princípio “constutivo” ou para a outra parte indispensável na partilha da informação. Para o esboço de 1860, o *tu* é a categoria responsável pela determinação das regras de todo o sentido comunicável, que o *eu* isolado ou o *isso* não possibilitam por si mesmos. O acto de transmissão de informação só existe quando um conteúdo se explicita e deixa de ser simples concepção mental. Peirce exprimia a necessidade desta determinação de conteúdos intrínsecos, ao afirmar a responsabilidade do *tu* na transformação do carácter ainda vago do *eu*<sup>9</sup>.

Depois deste esboço de juventude e do artigo de 1867, Peirce altera sucessivamente o modo de apresentar o espaço categorial: em 1890 de um ponto de vista totalizante, nas acepções de diferentes disciplinas científicas, bem como no ponto de vista metafísico em *A guess at the Riddle*; em 1894 em *The categories in detail in: The list of categories, a second essay*; em 1896 *An attempt to develop my categories from within*; em 1897 numa carta a William James; em 1903 na *Lecture II* das *Lectures on pragmatism* e na *Lecture III* das *Lowell Lectures*; ainda em 1904 em carta a Lady Welby.

A evolução interior das suas especulações semióticas, cosmológicas e lógico-gnosiológicas pode ser lida à luz das diferentes concepções do espaço categorial. Tal evolução foi desdobrada por P. Skagestad em três momentos distintos. Um primeiro período de 1855 até 1869; um segundo de 1870 a 1884 caracterizado pela abordagem de diferentes disciplinas científicas, onde tenta aplicar as suas concepções metafísicas; um terceiro período desde 1885 a 1913, em que se ocupa com a revisão das hipóteses metafísicas iniciais, com base numa recepção do Idealismo de Hegel<sup>10</sup>.

A inspiração kantiana é decisiva, contudo, na elaboração dos primeiros quadros categoriais e nas primeiras tentativas de “dedução lógica”<sup>11</sup>. É assim que, no trabalho de 1867 *On a new list of categories*, a categoria é o efeito da redução da multiplicidade sensível (1.545) e a

<sup>9</sup> ID., *Ibid.*, 136-137.

<sup>10</sup> ID., *Ibid.*, 137-138.

<sup>11</sup> Cf. sobre a inspiração kantiana e o juízo posterior do próprio Peirce, A. COSTA MELO, o.c., I, 95.

sua própria multiplicidade interna, depende das diferentes formas dos juízos. No interior de uma preocupação lógico-transcendental, a ideia de dedução das categorias surge nos textos de Peirce na tentativa de dar sequência ao que Kant entendia por *dedução metafísica das categorias*. Mas já se acrescentam a estes dados kantianos observações críticas pessoais sobre a limitação da dedução a partir dos juízos, que não entre em conta com a natureza dos signos envolvidos na predicação. Segundo Peirce, faltara a Kant uma teoria válida dos signos e da significação (*On a new list...*1.561). Por outro lado, as investigações no campo da Lógica das relações que o estudo de De Morgan lhe permitiu, levaram-no a encontrar na *representação* a chave da teoria das categorias (1.564), embora o conceito de representação não seja idêntico ao de Kant. Somente em 1903, Peirce utiliza o conceito de uma disciplina como orientação metódica para o espaço categorial. Trata-se do que ele designa por *Fenomenologia*. A disciplina com este nome a que também corresponde um método é possível na dependência da capacidade do espírito para “ver o que se lhe depara”. É com este sentido que escrevia:

The faculty of seeing what stares one in the face, just as it presents itself, unreplaced by any interpretation, unsophisticated by any allowance for this or for that supposed modifying circumstance (5.42) ... the word *Category* bears substantially the same meaning with all philosophers. For Aristotle, for Kant, and for Hegel, a category is an element of phenomena of the first rank of generality. It naturally follows that the categories are few in number, just as the chemical elements are. The business of phenomenology is to draw up a catalogue of categories and prove its sufficiency and freedom from redundancies, to make out the characteristics of each category, and to show the relations of each to the others (5.43 - *Lectures on Pragmatism, Lecture II*).

A figura dos “olhos mentais” que ocorre antes destes excertos, em 5.41, não implica, ao contrário do que imediatamente parece, um qualquer tipo de intuicionismo, como por exemplo o cartesiano, mas diz antes respeito à experimentação paulatina, pela qual a realidade exterior dos fenómenos do mundo objectivo se adequa às modalidades do pensamento, como se verá mais adiante a respeito da crítica do intuicionismo. A visão como modo de o espírito se reportar à realidade, impõe-se à filosofia quando se encontra na base da possibilidade da descrição dos fenómenos do mundo exterior, e é sobre o valor desta última que se colocam os problemas mais decisivos acerca dos condicionamentos da representação<sup>12</sup>. A Fenomenologia constitui o conjunto das práticas descritivas

<sup>12</sup> Cf. J. L. ESPOSITO, «Peirce's speculations on the conditions of representability» in *Semiotica* 49 (1984) 7-13.

do espírito. As categorias do ser e do pensamento concebem-se como modalidades da visão, quadros nos quais se podem desenvolver descrições do mundo dotadas de validade para outros espíritos. No entanto, Peirce concebe os resultados da Fenomenologia no interior de uma ideia formal do espaço categorial. De facto, a cada vez maior aproximação entre as categorias e a série numérica do primeiro, segundo e terceiro, condu-lo a conceber uma espécie de neo-pitagorismo da realidade aritmético-categorial, em que a entidade numérica transgride a esfera limitada das operações de contagem, para designar determinados domínios com validade ontológica. É com este sentido que irá designar as suas três concepções por “categorias kainopitagóricas”<sup>13</sup>.

Na carta a Lady Welby do período tardio - 12 de Outubro de 1904 - Peirce distinguia o objecto de uma “Ideoscopia” da Fenomenologia<sup>14</sup>. A Ideoscopia deveria investigar o modo de classificação das ideias que nascem no espírito na dependência da vida quotidiana e que têm nela a sua justificação: o senso-comum e os modos que encontra na linguagem corrente para se justificar. O que é importante no texto desta carta reside na identificação entre o conceito de Ideia e a Categoria do trabalho de 1867.

Um dos problemas mais decisivos que a ciência das categorias deve enfrentar é o conhecimento da origem das categorias. Em 1.374 e 1.378 num texto integrado nos *Principles of Philosophy*, com o título *A Guess at the Riddle*, datado de 1890, as categorias encontravam a sua génese em certos “modes of consciousness”, quer dizer, num campo simultaneamente psicológico e lógico. Mas, por outro lado, o pensamento era sempre associado com certas classes de factos no mundo objectivo, de que também se poderiam extrair as concepções categoriais (1.371). Deve reconhecer-se, então, uma dupla génese para as categorias: lógico-psicológica e objectiva. Grande parte do esforço teórico de Peirce residirá em unificar estes dois membros da génese categorial. Os factos do mundo objectivo com base nos quais se podem deduzir os quadros categoriais são de três tipos: factos sobre um objecto, factos sobre dois objectos ou relação, facto sobre vários objectos ou “facto sintético”. Estas classes de factos articulam-se com o que em 1.377, do mesmo texto, se designava por “categorias da consciência”. Estas últimas aparecem ordenadas de

<sup>13</sup> Sobre a evolução da doutrina peirceana das categorias, com este sentido, cf. N. BOSCO, *o.c.*, 91 e ss.

<sup>14</sup> «You know that I particularly approve of inventing new words for new ideas. I do not know that the study I call Ideoscopia can be called a new idea, but the word phenomenology is used in a different sense...» (8.328).

acordo com a série numérica 1, 2 e 3, a que Peirce atribui grande valor, ao mesmo tempo que se referem a dimensões psicológicas.

O *Primeiro* - corresponde ao sentimento pelo qual a consciência se capta a si mesma como estando incluída num instante fugaz do tempo, no qual ela é “consciência passiva” da pura qualidade de qualquer coisa.

O *Segundo* - o sentimento da resistência que no campo da consciência remete para existências exteriores do tipo relacional, envolvendo um facto sobre dois objectos. Toda a consciência de uma relação implica uma interrupção brusca do carácter passivo da captação de qualidades.

O *Terceiro* - corresponde à “consciência sintética” que envolve uma síntese do tempo e dos acontecimentos e supõe já um grau superior da universalidade e generalidade do pensamento. Situamo-nos aqui no plano das leis sobre os fenómenos, resultantes de um processo de aprendizagem do espírito<sup>15</sup>.

No esboço de livro que é *A Guess at the Riddle*, (cf. 1.354 - *Plan of the work*), Peirce indicara nove secções em que se deveria desdobrar o estudo das tríades. Resumidamente, constava desse plano de trabalho:

- Section 1. One, Two, Three (...)
- Section 2. The triad in reasoning (...)
- Section 3. The triad in metaphysics(...)
- Section 4. The triad in psychology (...)
- Section 5. The triad in physiology (...)
- Section 6. The triad in biology (...)
- Section 7. The triad in physics (...)
- Section 8. The triad in sociology or, shall I say, pneumatology (...)
- Section 9. The triad in theology (...) [1.354].

Este plano revela o suficiente da intenção globalizadora do filósofo, com o seu conceito da categorização. As investigações que conduzem a uma completa teoria das categorias envolverão, assim, a totalidade do Real e do Racional.

Os três “modos da consciência” recebem ainda outros nomes como qualidade, relação e síntese ou mediação, respectivamente. O que se afigura importante para Peirce é a continuidade total entre os “modos da consciência” e os “modos dos factos”, de tal forma que a dedução lógica

---

<sup>15</sup> Sobre a importância atribuída por Peirce à tricotomização cf. I. S. STEARNS, «Firstness, Secondness, and Thirdness» in P. P. WIENER/F. H. YOUNG (eds.), *o.c.*, 195-208; N. BOSCO, *o.c.*, 95-96; G. DELEDALLE, *Théorie et Pratique du Signe. Introduction à la Sémiotique de C. S. Peirce*, Paris, 1979, 54-64.

das categorias está imediatamente referida a uma marca ontológica: deduzir de um ponto de vista lógico é deduzir de um ponto de vista ontológico.

A continuidade lógico-ontológica aparecia tratada, também, num esboço anterior datado de Maio de 1867 *On a new list of categories*. Importa analisar, em primeiro lugar, este trabalho, pois ele é a base das investigações posteriores de Peirce sobre as categorias. Aqui, a “dedução lógica” das categorias toma como ponto de partida o juízo na sua forma canónica. O exemplo materializador é “The stove is black” [1.548] (“o fogão é preto”). A concepção do ser que se pode extrair da forma judicativa e a que necessariamente vêm ligadas as categorias é a de uma função copulativa que, em si mesma, é geral e universal, plástica quanto à sua capacidade subsuntiva e desprovida de um conteúdo determinado (1.548). O simples “é” ao dizer-se de qualquer coisa, possui já o seu sentido na afirmação-posição do termo sujeito (“the stove”), o que tinha conduzido Kant à negação de uma autonomia do ser judicativo em relação ao sujeito predicante. Peirce concebe o termo sujeito como “substância”, de acordo com a terminologia clássica e, no mesmo sentido da tradição lógica, afirmará que a “concepção” ou categoria se estrutura no movimento entre a substância e o ser<sup>16</sup>. As categorias descobrem-se na própria relação predicativa e a sua determinação mais exacta obedece a certas regras fundamentais, que são regras da possibilidade formal lógico-discursiva, tal como regras da dedução das categorias a partir da ligação predicativa<sup>17</sup>. Podem isolar-se, segundo Peirce, as duas regras funda-

<sup>16</sup> No sentido da tradição lógica aristotélica e tomista da análise do juízo, com que relaciona, contudo, Hegel e Heidegger, J. B. LOTZ coincide em larga medida com as análises de Peirce sobre a natureza da mobilidade interna da predicação. Cf. J. B. LOTZ, *Das Urteil und das Sein. Eine Grundlegung der Metaphysik* (1957), ed. ut. *Le Jugement et l'être - Les fondements de la Métaphysique* (trad. R. GIVORD), Paris, 1963.

<sup>17</sup> De acordo com o sentido kantiano da «dedução» da Crítica da Razão Pura Teórica. Cf. I. KANT, *Kritik der Reinen Vernunft*<sup>5</sup> (Hrsg. B. ERDMANN), Berlin, 1900, B. §13-§14-§15, §20-§21 e especialmente §26; J. MARÉCHAL, *Le Point de Départ de la Métaphysique*<sup>3</sup>, Cahier III, Paris, 1944, 144-174, especialmente 157, para o esclarecimento dos três sentidos da «dedução» em Kant. Cf. R. BUBNER, «L'autoréférence comme structure des arguments transcendants» in *Les Études Philosophiques* (1981) 385-397. Sobre o tema da «dedução» kantiana 387-390. O próprio Peirce confessa a inspiração kantiana em 1.560 e 1.563, embora o trabalho *On a new List of Categories* sofra também a influência decisiva da Lógica medieval, sobretudo no uso de termos (como *praecisio*) que Peirce atribui a D. Scotus (1.549). Mais referências a Duns Scotus aparecem em 8.342, num esboço datado de 1908 e em 4.50. Sobre a influência da doutrina escotista em Peirce, cf. L. HONNEFELDER, *Scientia Transcendens - Die formale Bestimmung der Seiendheit und Realität in der Metaphysik des Mittelalters und der Neuzeit* (Duns Scotus - Suárez - Wolff - Kant - Peirce), Hamburg, 1990, 383-384.



mentais: 1. a substância é inaplicável como termo predicado (caso em que se obteria uma tautologia) e somente como termo sujeito pode receber determinações com autêntica validade semântica; 2. a cópula “é” não se aplica como termo sujeito, pois sobre essa universalidade vazia ou nada se poderia predicar ou tudo se deveria atribuir.

Toda a proposição possui para além do termo sujeito e da cópula um termo predicado, a que Peirce chama Qualidade. Esta última no seu sentido geral é a determinitude que possibilita a passagem do ser indeterminado na substância e *vice-versa*. A função da “concepção” do ser na proposição residirá no estabelecimento da união entre a qualidade e a substância. O movimento lógico que interessa investigar e que está na génese das categorias é o que torna aplicável a existência genérica, indeterminada e vazia a uma substância que se torna determinável com a introdução dos predicados<sup>18</sup>. A determinitude coincide com a individualização de qualquer coisa. A atribuição constitui a síntese deste complexo movimento lógico, que parte de momentos inicialmente separados. O movimento ou acto que está aqui em causa pressupõe, porém, uma distinção ao nível das concepções. Peirce distingue entre uma “concepção imediata” e uma “concepção mediata”. A primeira determina-se, desde logo, ao nível do termo sujeito, como substância; a segunda encontra-se na qualidade ou termo predicado. Esta é “mediata” pois é o ponto de chegada do movimento lógico desde o ser até à substância e o ponto em que se exerce este mesmo movimento.

Na materialização “the stove is black” encontra-se uma proposição singular afirmativa, o que implica que o atributo “black” se aplique a um termo sujeito que é representação de uma realidade singular, quer dizer, de uma realidade reconhecida como individual para um determinado campo perceptivo. A singularidade de “stove” apresenta-se, na declaração, no artigo definido “the”. O artigo ou o pronome demonstrativo definem no interior do movimento lógico uma determinada “concepção” da existência predicada. Se o termo sujeito se encontra afectado de um índice

<sup>18</sup> «Though being does not affect the subject, it implies an indefinite determinability of the predicate. For if one could know the copula and predicate of any proposition, as “... is a tailed-man”, he would know the predicate to be applicable to something supposable, at least. Accordingly, we have propositions whose subjects are entirely indefinite, as “There is a beautiful ellipse”, where the subject is merely something actual or potential; but we have no propositions whose predicate is entirely indeterminate, for it would be quite senseless to say, “A has the common characters of all things”, inasmuch as there are no such common characters. Thus substance and being are the beginning and end of all conception. Substance is inapplicable to a predicate, and being is equally so to a subject» (1.548 - *On a new List of Categories*).

de singularidade (“the” ou, em outro exemplo, “this”), o termo predicado corresponde a um universal. Em “black” supõe-se “blackness”, a generalidade ou abstracção em que se toma a substância. Coincide tal generalidade com a dualidade do próprio termo predicado, que se desdobra em um universal puro e em uma réplica subsuntora dessa universalidade. Peirce chama “ground” (fundamento) ao valor de universalidade a que a qualidade tem de corresponder, para que se constitua como verdadeiro termo predicado. Isto significa que num “este é preto” se contém o “preto” genérico, e que o predicado é ali uma réplica da qualidade inteiramente abstracta. A referência proposicional ao fundamento (“ground”) não se pode distinguir ou separar (“precisar”) do ser ou da marca existencial que, pelo movimento judicativo, a substância adquire. No entanto, já se pode afirmar que o ser se pode distinguir (“precisar”) do fundamento. Com isto, Peirce pretende revelar a plasticidade subsuntiva da função copulativa do ser, ao permitir a atribuição à substância de um número indeterminado de predicados genéricos. Note-se que Peirce nada indica, contudo, sobre o valor dos sincategoremas como artigos ou pronomes demonstrativos (“the” ou “this”) no terreno dessa capacidade universal para subsumir. Tomar em atenção os índices da singularidade no estudo do movimento lógico implicaria uma semântica do individual, em relação com a universalidade da cópula e do predicado. A afectação dos termos sujeitos por índices de singularidade (artigos, pronomes demonstrativos ou nomes próprios no lugar de sujeitos proposicionais) aumenta o grau de permeabilidade a atributos gerais. Isto explicita-se quando Peirce, de acordo com a tradição, distingue entre as “substâncias primeiras” e as “substâncias segundas”. Aquelas possuem uma maior capacidade do que estas para receber atributos gerais, são, por assim dizer, substâncias menos saturadas. A este respeito e de acordo com a materialização (“the stove is...”) pense-se na alteração da extensão do campo atributivo se for introduzido o quantificador universal: “all the stoves...”, em vez de “the stove...”.

Ao prosseguir a análise da qualidade em *On a new list of categories*, Peirce não encontra apenas o fundamento (“ground”) como uma espécie de elemento não analisável. Pelo contrário, na natureza do fundamento descobre-se, por meio de uma análise lógico-psicológica, um correlato da substância (1.553). O correlato indica não somente que no juízo se pensa o “algo” da substância como outro “qualquer coisa” (o “algo como algo”), mas também que este novo aspecto surge de uma associação mental que acompanha a representação da substância na sua existência. O ser é determinante no movimento lógico para a realização de todas estas

distinções. Assim, a comparação entre as ideias por contraste ou por semelhança introduz uma espécie de necessidade mental. É esta necessidade mental, hábito, convicção ou crença<sup>19</sup> que torna legítima, em última análise, a ligação de um sujeito com um predicado do ponto de vista da validade semântico-material. Neste sentido, as concepções categoriais não se podem extrair de uma análise abstracta das formas predicativas, mas pressupõem dimensões “psicológicas” tão importantes como os mecanismos da associação ideativa e da formação dos hábitos. Progressivamente, na obra de Peirce, o “psicológico” transforma-se no “semiótico” e no “pragmático”, como se verá.

Como a referência ao correlato foi descoberta na análise da referência ao fundamento, não se poderá separar (“precisar-se”) o correlato do fundamento. Contudo, a referência ao fundamento pode separar-se da referência ao correlato, na medida em que esta última pode não existir para um intérprete da primeira. Com efeito, a ligação predicativa pode vir a ser interpretada por alguém à luz da referência da substância à qualidade (termos sujeito e predicado, respectivamente), sem que pré-exista no seu espírito a noção resultante de uma comparação entre ideias. Pelo contrário, o juízo actualmente enunciado pode muito bem vir a ser a causa dessa associação.

É ainda no terreno da análise da necessidade mental produzida pela associação de ideias, que Peirce virá a introduzir um dos seus conceitos mais celebrados: a “representação mediadora” ou interpretante<sup>20</sup>. O con-

---

<sup>19</sup> Embora os conceitos de hábito e de crença em Peirce possuam um fundamento psicológico na noção dos mecanismos psíquicos da associação das ideias, diferem das mesmas ideias tal como surgiam nos escritos de D. Hume, se o leitor emprestar ao *Tratado da Natureza Humana* de Hume o mero significado de um marco na história psicologista da teoria do conhecimento. Mas seria importante reler Hume a partir de Peirce, sobretudo naquilo que se refere ao relacionamento entre a acção dos «gerais» e a quase obrigatoriedade do hábito na associação «actual» entre ideias. Sobre o uso do conceito de «crença» em Peirce e a possibilidade do seu alargamento para teorias da acção/decisão, cf. P. ENGEL, «Croyances, Dispositions et Probabilités» in: *Revue Philosophique de la France et de l'Étranger* (1984).

<sup>20</sup> O conceito de interpretante na obra semiótica de Peirce foi objecto de reavaliação recente (depois da atenção que lhe concedeu C. MORRIS em 1938 e 1946 nas suas duas obras fundamentais, *Foundations of the Theory of Signs* (1938) in: *International Encyclopedia of unified Science*, vol 1, number 2, Chicago/London, 1975 e *Signs, Language and Behavior*, New York, 1946) nos campos da Hermenêutica, das Teorias do Texto e Pragmalinguística. Cf. entre outros, P. RICOEUR, «Qu'est-ce qu'un Texte? Expliquer et Comprendre» in R. BUBNER, K. CRAMER, R. WIEHL (Hrsg.), *Hermeneutik und Dialektik II*, Tübingen, 1970, 181-200. As referências aos conceitos de «interpretante» e «cadeia dos interpretantes» ocorrem em 199-200 com referência a G.G. GRANGER, *Essai d'une Philosophie du Style*, Paris, 1968. No campo das teorias do texto as referências mais

ceito de interpretante designa a esfera total da relação predicativa e é a este nível que se pode adquirir a concepção proposicional e mental completa, ou seja, a passagem efectiva e completa do ser na substância. Quando se introduziu a noção de correlato, falava-se em uma necessidade mental que, na corrente da consciência, possibilitava o movimento desde a substância até à representação do "atributo geral". O conceito de interpretante revela que o movimento que estava em questão com o correlato dependia já de uma "legalidade" do espírito, de uma experiência normativa. O interpretante é:

(...) a mediating representation which represents the relate to be a representation of the same correlate which this mediating representation itself represents (1.553).

O interpretante desempenha uma função normativa no estabelecimento de relações lógicas, na medida em que mostra através de si mesmo a realidade da correspondência lógica dos dois *relata*. No exemplo que Peirce dá, o assassino tem o seu correlato no assassinado e o interpretante dessa relação reside no acto de assassinar (1.553). O interpretante é, portanto, o elemento responsável pela efectivação do nexu judicativo. Mas mais do que isso, ele é a condição da realidade da referência predicativa para um auditor possível. Este último aspecto não se pode considerar inerente à análise lógica pura, quer dizer, às estruturas sintácticas e à forma da sua conexão interna. Do mesmo modo, será impossível clarificar esta condição em sede psicológica.

As três relações da referência predicativa (a um fundamento, a um correlato e a um interpretante) constituem a matéria da Lógica, enquanto esta disciplina é a investigação das "segundas intenções", no sentido escolástico<sup>21</sup>. As "segundas intenções" são os objectos do entendimento (representações), enquanto as "primeiras intenções" designam os objectos reais exteriores ao espírito e a que o entendimento se aplica. Mas, contrariamente a uma versão limitadora da gnosiologia diádica que vê na relação cognoscitiva uma relação entre o objecto e o sujeito, as representações são, para Peirce, o produto de uma interacção com três elementos.

---

abundantes pertencem a U. ECO, *La Struttura assente* Milano, 1968; ID., *Leitura do Texto literário - Lector in Fabula* (trad.), Lisboa, 1983 e J. S. PETÖFI, «Semantica, Pragmatica, Teoria del Testo» in M.E. CONTE (ed.), *La Linguistica testuale*, Milano, 1977. As referências ao par PEIRCE/WITTGENSTEIN e à Filosofia analítica, sobretudo na versão da lógica da interlocução e dos "speech-acts" de AUSTIN/SEARLE encontram-se nos principais manuais da "Linguística Textual" desde o clássico W. U. DRESSLER (ed.), *Current Trends in Textlinguistics*, Berlin/N. York, 1978 a S. J. SCHMIDT, *Texttheorie*, ed. ut. *Teoria del Texto*, Madrid, 1978 e T. A. van DIJK, *Text and Context*, ed. ut. *Texto y Contexto*, Madrid, 1984.

<sup>21</sup> Cf. Ph. BOEHNER, *Medieval Logic*, Chicago, 1952.

A representation is that character of a thing by virtue of which, for the production of a certain mental effect, it may stand in place of another thing. The thing having this character I term a *representamen*, the mental effect, or thought, its interpretant, the thing for which it stands, its object (1.564).

Esta tríade será identificada com a articulação interna dos signos, o que implica que na noção destes últimos não se encontre simplesmente uma articulação por convenção entre uma "imagem acústica" (psíquica mas ligada a uma matéria fónica) e uma "significação mental"<sup>22</sup>. A representação ou signo (ver-se-ão as consequências desta identificação) apenas existe na condição de que se verifique a tripla referência interna envolvendo um *representamen*, um objecto e um interpretante. O carácter lato com que Peirce apresenta o signo levou C. Morris, numa acepção behaviorista da teoria da significação, ao conceito de "sign-vehicle", o que possibilitou o alargamento do campo da "semiosis" a domínios que não supõem obrigatoriamente a linguagem verbal<sup>23</sup>.

Por outro lado, a noção da representação tal como se extraiu da análise do juízo revela que o signo não se reconhece integralmente por intermédio de uma análise dos componentes do código linguístico, tomados como termos isolados uns dos outros. Peirce foi levado a concordar com a máxima que atribuiu a Duns Scott, segundo a qual a análise do silogismo deveria preceder a análise do juízo<sup>24</sup>. Isto significa que a importância

<sup>22</sup> A representação triádica da realidade do signo e da significação afasta em grande medida a teoria do signo de Peirce das diferentes modalidades do estruturalismo francês com uma fundamentação diádica, que recorre ao modelo saussuriano. Cf. sobre o "encontro" dos dois modelos na cultura francesa, A. REY, *Théories du Signe et du Sens II*, Paris, 1976, sobretudo «Deuxième Partie», Chap. III, 285-303; G. DELEDALLE, *Théorie et Pratique du Signe - Introduction à la Sémiotique de Charles S. Peirce, o.c.*, «Première Partie: Peirce et Saussure, Essai de Comparaison», 29-49. Uma comparação com sentido mais amplo, envolvendo o estatuto disciplinar da Semiótica foi realizada por H. PARRET, *Semiotics and Pragmatics. An evaluative comparison of conceptual frameworks*, Amsterdam, 1983, "2. The Two Semiotics: Peirce and Hjelmslev", 23-87.

<sup>23</sup> As análises na obra de G. DELEDALLE de anúncios publicitários, de imagens em selos postais, de mensagens iconizadas bem como de um texto literário de G. Apollinaire revelam como é possível uma analítica dos fenómenos da significação e/ou comunicação que não se reduzem à linguagem verbal. Cf. G. DELEDALLE, *o.c.* a terceira parte, caps. II, III e V. O conceito de sign-vehicle é introduzido em C. MORRIS, *Signs, Language and Behavior, o.c.*, 20: «A particular physical event - such as a given sound or mark or movement - which is a sign will be called a sign-vehicle. A set of similar sign-vehicles which for a given interpreter have the same significata will be called a sign-family».

<sup>24</sup> Cf. K. O. APEL, «Von Kant zu Peirce: Die semiotische Transformation der Transzendentalen Logik» in: ID., *Transformation der Philosophie, II*, Frankfurt/M., 1973, 157-177; 171-172.

relativa dos termos depende de uma análise do juízo, do mesmo modo que a análise do juízo depende da completa análise silogística: o significado completo de uma representação só pode obter-se ao nível da frase, o significado completo da relação proposicional das frases só pode obter-se no argumento ou discurso.

É possível agora extrair os elementos mais determinantes que constituem o espaço categorial, tendo em conta a complexidade de relações que estruturam o juízo e que acabei de referir. Peirce apresenta um quadro esclarecedor de 1.555 a 1.557.

*Ser*

Qualidade (referência a um fundamento)

Relação (referência a um correlato)

Representação (referência a um interpretante)

*Substância*

*O que é* ("what is")

Quale (o que se refere a um fundamento)

Relata (o que se refere a um fundamento e a um correlato)

*Representamen* (o que se refere a um fundamento, a um correlato e a um interpretante).

Este quadro é resultante de uma associação entre uma análise lógica, no sentido tradicional da expressão, e o que se pode designar por análise semiótica, pois se estabelece mediante a análise dos tipos de signos envolvidos na predicação. O primeiro tipo de abordagem permite reconhecer o movimento de pensamento que a cópula torna possível e que acaba por conduzir à determinitude predicativa. Por outro lado, a análise dos signos complementa a primeira, uma vez adquirido o conceito de interpretante. Mas, do ponto de vista da ordem "real" da fundamentação, a posição da análise lógica é a inversa desta, na medida em que o movimento lógico deve supor já o pensamento como interpretante e a existência de um intérprete, ou seja, de um espírito dotado de hábitos e de crenças<sup>25</sup> e, conseqüentemente, a transformação do quase-indivíduo que consiste na reserva de determinações aparentes, na determinação visível de si enquanto "algo". Isto é próprio da linguagem declarativa.

---

<sup>25</sup> Foi neste sentido que J. Dewey veio a retirar todas as conseqüências da sobredeterminação semiótica da Lógica em C. S. Peirce, ao estabelecer no interior da razão uma primazia clara da linguagem e do intérprete. Cf. J. DEWEY, *Experience and Nature* (1925), ed. ut. *La Experiencia y la Naturaleza* (trad. J. GAOS), 139-172.

As divisões de o “o que é” (quale, relata e *representamen*) manifestam no interior da determinitude noética a determinação ontológica e a semiótica. A “semiosis” entendida como processo de formação das significações consiste, justamente, na transformação de um “isso” indeterminado em qualquer coisa de determinado e que, no pensamento, substitui a presença imediata do “qualquer coisa”. No plano ontológico, isso implica a determinação de uma existência particular por meio de fundamentos gerais<sup>26</sup>.

Ao distinguir três níveis na referência judicativa, Peirce encaminhava-se para a organização das diferentes dimensões disciplinares que as deveriam estudar. As três disciplinas integram a Lógica.

A Gramática formal investigaria as condições formais da significação nos símbolos; a “segunda Lógica” ou Lógica crítica teria por objecto as condições de verdade dos símbolos; a “terceira Lógica”, Retórica formal ou ainda Metodêutica trataria da “força” dos símbolos, quer dizer da capacidade dos símbolos para representar a significação em outros espíritos, considerados como sede dos interpretantes (cf. 1.191 - *An outline classification of the sciences*, 2.229 - *Division of signs* e Carta a Lady Welby de 23/12/1908 onde Peirce retoma o significado da sua noção da Lógica desde 1867).

A natureza dos símbolos que se investiga em cada uma destas disciplinas é igualmente variável. A primeira forma de símbolo que relaciona a representação com o fundamento é um “termo”. Esta designação deriva do facto de este símbolo ser apenas um conjunto de marcas ao qual se aplicarão os predicados. A segunda forma de que trata a Lógica crítica representa o seu objecto em relação com outros objectos numa configuração objectiva, a que se chama “facto”. Este tipo de símbolo é a própria proposição. Os “argumentos” são as formas de símbolos que constituem o objecto da terceira disciplina. Eles são o produto de uma combinação de proposições com vista a serem compreendidas por um interpretante, quer dizer, constituem um discurso coerente oral ou escrito.

A apresentação desta classificação triádica das disciplinas e dos símbolos pressupõe que se conheça o lugar exacto do símbolo entre outras

---

<sup>26</sup> O «realismo escotista» a que Peirce se refere para significar a realidade e eficácia da generalidade, não implica uma hipostase do universal, mas a concepção de uma autêntica efectividade (que a este respeito se pode considerar próxima da “Wirklichkeit” hegeliana) dos processos que os “gerais” originam em outros espíritos e no modo das concepções globais sobre a realidade, com fundamento na linguagem. Cf. C. K. McKEON, «Peirce's scotistic Realism» in P. P. WIENER/F. H. YOUNG (eds.), *o.c.*, 238-250 e L. HONNEFELDER, *o.c.*, 384.

categorias de signos, que resultam de outras modalidades de referência entre *representamen*, objecto e interpretante<sup>27</sup>. É bem conhecida a classificação de Peirce dos signos em ícones, índices e símbolos<sup>28</sup>. Um ícone articula o *representamen* e o objecto graças a uma simples “comunidade qualitativa”; os índices articulam objecto e *representamen* por meio de uma correlação factual objectiva; finalmente, os símbolos ou também “signos gerais” são entidades que realizam aquela articulação, por intermédio de uma norma ou de um princípio geral fundado em concepções gerais do espírito (1.558 *On a new list...*). O pensamento não pode fazer repousar a sua realidade na continuidade qualitativa do ícone e como o índice não assegura a referência ao interpretante - mas somente a referência ao correlato - a Lógica como uma analítica dos pensamentos somente tem a sua aplicação nos símbolos. Esta aplicação não se restringe, para Peirce, à sub-classe dos símbolos que são os conceitos, mas a toda a classe de símbolos:

Logic treats of the reference of symbols in general to their objects (1.559).

No texto de 1867 só vagamente se anuncia o sentido totalizador que irá adquirir a teoria das categorias desde 1890 no *A guess at the riddle*, certamente sob a influência do Idealismo hegeliano. A linha de continuidade entre os dois trabalhos só pode traçar-se no interior da própria análise semiótica e é sintomático que, neste último, se volte a apresentar a distinção entre ícones, índices e símbolos. Os três níveis de realização do processo semiótico sofrem uma conceptualização mais rigorosa à luz da tipologia triádica dos factos (factos sobre um objecto, sobre dois objectos ou sobre relações e factos sintéticos) e torna-se necessário investigar de que modo os signos existentes se constituem efectivamente na relação triádica. Os signos formam-se no relacionamento sempre singular com outros signos, com objectos significados e com cognições produzidas no espírito. O campo relacional pode ser explorado por hipóteses combinatórias. Mas, a sua base são os três elementos permanentes:

signo - signo  
signo - objecto  
signo - interpretante.

---

<sup>27</sup> Cf. sobre o significado da divisão triádica dos signos W. B. GALLIE, *Peirce and Pragmatism*, London, 1966, «2. Why does Peirce maintain that all sign-action is necessarily and irreducibly triadic in structure?», 115-118. Este tema será desenvolvido na parte B. 3. do presente estudo.

<sup>28</sup> Cf. o trabalho pioneiro de A.W. BURKS, «Icon, Index and Symbol» in *Philosophy and Phenomenological Research* IX (1949), 673-689.



Não será ainda no trabalho de 1890, contudo, que Peirce irá apresentar, de um modo completo e detalhado, as divisões tricotómicas dos signos, à luz da totalidade do processo semiótico e à luz do espaço categorial. A despeito de algumas precisões terminológicas, a análise dos signos não oferece aqui grande novidade, embora já sejam decisivos os esclarecimentos sobre as relações entre categorias e significação.

A importante distinção formal do quadro categorial em três regiões é ainda estabelecida neste trabalho. Em 1.377, Peirce chama às categorias "the true categories of consciousness" e atribui-lhes uma designação numérica com valor ordinal<sup>29</sup>. A ordenação ordinal das categorias (em "primeiro", "segundo" e "terceiro") serve o objectivo de especificar o modo-de-ser dos fenómenos da consciência, do ponto de vista de um valor relativo numa série. Esse valor acaba sempre por depender da posição dos diferentes universos categoriais uns em relação com os outros. Respeitando os princípios do significado "formal" atribuído por Peirce à série das categorias, poderia afirmar-se que o primeiro ("firstness") não depende de outra coisa senão de si próprio e é o início da série; o segundo ("secondness") depende do primeiro na medida em que um processo de génese se inicia a partir dele; o terceiro ("thirdness") depende do primeiro e do segundo na sua acção recíproca ou enquanto o primeiro é agente e o segundo paciente. Esta série evidencia de tal modo a natureza das categorias que as posições anteriores são assimiladas nas posteriores, mas sem que, porém, desapareçam como posições específicas e relativamente autónomas. Deste último ponto de vista, pode pensar-se tanto o primeiro como o segundo como condições de possibilidade do terceiro. Porém, neste último, cria-se a condição de possibilidade da continuidade entre qualquer primeiro e qualquer segundo<sup>30</sup>. Assim, a série categorial terá de ser lida em sentido ascendente e em sentido descendente. Se na via ascendente a categoria inferior prepara a categoria imediatamente superior, a razão de ser deste condicionamento só é manifesto em sede descendente, quando toda a série se completou e é totalmente consciente

---

<sup>29</sup> «It seems, then, that the true categories of consciousness are: first, feeling, the consciousness which can be included with an instant of time, passive consciousness of quality, without recognition or analysis; second, consciousness of an interruption into the field of consciousness, sense of resistance, of an external fact, of another something; third, synthetic consciousness, binding time together, sense of learning, thought» (1.377 - *A Guess at the Riddle*).

<sup>30</sup> Sobre a inclusão progressiva dos níveis inferiores nos superiores e sobre a noção de sucessividade da série numérica, cf. R. MARTY, «C.S. Peirce's Phaneroscopy and Semiotics» in *Semiotica* 41 (1982) 169-181, especialmente «The Hierarchy of the phaneroscopy Categories», 172 e ss.

para um espírito que se formou com a sua própria experiência<sup>31</sup>. Para além da natureza do relacionamento meramente formal que deve existir entre as três categorias, Peirce indica também que significado elas possuem na relação entre pensamento e realidade. Tal significado é acompanhado de uma referência à génese da continuidade temporal. A génese do tempo como uma série contínua de “antes” e de “depois” permite situar o sentido da articulação entre as dimensões psicológica e ontológica das categorias (1.412 *A Guess at the riddle*). Assim, a primeiridade (“firstness”) corresponde à noção de um primeiro “flash” de um fluxo temporal e da corrente da consciência que, como tal, é algo de imediato, isolado e em si<sup>32</sup>. Este “flash” não está ainda submetido a qualquer reflexão sobre a sua realidade própria, pois a reflexão implicaria já a sucessão temporal e a ultrapassagem do instante imóvel na continuidade. Do ponto de vista psicológico situamo-nos perante um puro imediato e o seu correlato ontológico haverá de radicar numa espécie de situação edénica do mundo e da consciência, na qual não somente não existe uma continuidade fenoménica apreendida em hábitos, como também não existe qualquer noção antecipante de uma regularidade da natureza. Do ponto de vista das operações psicológicas, trata-se de uma separação ou descontinuidade, oposta ao efeito de síntese que é criado pelos hábitos e que depende da consciência da série unitária da vida no tempo, isto é, da unidade biográfica consciente. De acordo com estes aspectos, a primeiridade coincide, na sua idealidade, com a absoluta simplicidade de uma “qualquer coisa”, com a fixidez e inalterabilidade.

Peirce define ainda o primeiro como um “algo” que emerge de uma situação inicial de total indeterminação e de vazio (1.412). Porém, à luz dos elementos descritivos sobre a primeiridade poderia também concluir-se que Peirce se refere a uma realidade individual. O “qualquer coisa” que emerge com o primeiro “flash” é um “isolado”, um elemento “discreto”, um intangível e uma realidade evanescente.

Toda a realidade individual tem a sua expressão possível ao nível linguístico-verbal em descrições do tipo “o este, assim e assim...”. A força designativa dos pronomes demonstrativos releva do domínio da indicação

<sup>31</sup> A distinção e o tipo de relacionamento operados por J. Dewey entre «objectos primários» e «objectos secundários» da experiência (os «primários» como realidades macroscópicas e «em bruto» da experiência primária, os «secundários» como produtos de «uma indagação reflexiva insistente e sujeita a regras») traduz o que aqui quero significar. A experiência secundária («reflexiva») e os seus objectos acabam por condicionar toda a experiência em sentido primário, embora do ponto de vista genético eles tenham provido desta última. Cf. J. DEWEY, *o.c.*, 3-38, especialmente 8-9.

<sup>32</sup> Para as características das diferentes categorias e sua relação cf. I. STEARNS, art. cit. in: loc.cit., 195-208.

e da ostensão, domínio que é indefinido no que respeita à sua capacidade para esgotar a individualidade do indivíduo, indispensável, contudo, para o recorte diferenciador do singular frente a outros singulares, face ao universal e para a separação dos indivíduos no interior dos referentes espaço-temporais<sup>33</sup>.

Na referência que Peirce fez à filosofia pré-socrática no *A Guess at the Riddle* (no § 3 - *The triad in Metaphysics*), ilustrou a categoria da primeiridade por intermédio do conceito de “arché”. A “matéria primeira” é pensada aí como a potencialidade, espontaneidade e indeterminidade que deverão definir tudo o que é primeiro, do ponto de vista ordinal. Também estas definições têm valor privativo, tal como as ideias de evanescência e de intangibilidade. A definição por meio de notas privativas é a única, aliás, que torna possível reconhecer a continuidade ontológica e psicológica dos fenómenos integrados nas categorias. O único elemento descontínuo é a primeiridade. A vivacidade (“freshness”) do primeiro torna-o na potência activa de toda a série categorial, de tal modo que o segundo deve poder resultar dele, como o acto resulta de uma potência activa<sup>34</sup>. Contudo, este resultado implica uma negação do primeiro enquanto tal, pois ele torna-se em outra coisa. Ao ser negada na sua intangibilidade, imediatude e evanescência, a primeiridade transforma-se a si mesma e origina uma categoria nova. Mas Peirce não é muito claro no enunciado deste tipo de movimento ontológico que é, simultaneamente, negação de si como indeterminado e passagem num outro. De um modo particular, a ausência de exactidão a este respeito coloca o problema de saber como situar a emergência do indivíduo desde a indeterminidade até às notas características que definem o seu ser determinado. Peirce não lhe dá resposta.

O segundo ou secundeidade diz respeito aos fenómenos do choque, força e resistência, que são tão irredutíveis como aqueles que pertenciam

<sup>33</sup> Para a discussão de problemas semânticos sobre a «individualidade», cf. P.F. STRAWSON, *Individuals*, London, 1959 e, numa perspectiva hermenêutica, cf. M. FRANK, *Die Unhintergebarkeit von Individualität* (ed. ut.), *L'ultime Raison du Sujet*, Paris, 1988. Os conceitos de individualidade e individuação em Peirce não podem desligar-se das formas proposicionais em que se exprimem. Na distinção entre duas classes de índices, feita em nota na correspondência com Lady Welby (8.368 nota 23) escrevia: «There is, however, an important distinction between two classes of indices. Namely, some merely stand for things or individual quasi-things with which the interpreting mind is already acquainted, while others may be used to ascertain facts. Of the former class, which may be termed designations, personal, demonstrative, and relative pronouns, proper names, the letters attached to a geometrical figure, and the ordinary letters of algebra are examples. They act to force the attention to the thing intended...».

<sup>34</sup> Sobre o tema da relação entre primeiridade e secundeidade aqui em evidência cf. I. STEARNS, art. cit., in: loc. cit., 200-201.

à primeira categoria. A primeidade é apreensível por meio do sentimento, da noção simples de uma “qualquer coisa”. O sentimento, entendido a este propósito simplesmente como um conhecimento vago ou intuição do indeterminado e confuso está voltado para a “matéria primeira”, para a potência. A respeito do conceito grego de “arché”, Peirce escrevia:

The first must be indeterminate, and the indeterminate first of anything is the material of which it is formed. Besides, their idea (dos gregos) was that they could not tell how the world is formed unless they knew from what to begin their account... Indeterminacy is really a character of the first. But not the indeterminacy of homogeneity. The first is full of life and variety. Yet that variety is only potential... How is variety to come out of the womb of homogeneity; only by a principle of spontaneity, which is just that virtual variety that is the first (1.373, nota minha).

A distinção entre a “indeterminação do homogêneo” e a indeterminidade do primeiro revela uma hesitação entre designar a primeira categoria pela individualidade qualitativa e psicológica ou pelo modo da indeterminidade ontológica total. Mas quer a individualidade psicológica quer a indeterminação ontológica coincidem no facto de ambas se separarem da natureza do segundo e do terceiro, o que é importante quando está em jogo a definição segundo notas privativas. Assim, a individualidade do sentimento e a indeterminação, que o pensamento confunde com o nada, afirmam-se através da inefabilidade de todas as modalidades da experiência sentimental, entendidas de acordo com o conceito comum do sentimento. Mas a diferença entre a primeidade e o indivíduo reside em que a “variedade espontânea” constitui o princípio de uma actividade geradora, é princípio genético, enquanto no conceito da individualidade não inere a geração de outras realidades, mas ao contrário, uma insistência em permanecer em si mesmo<sup>35</sup>.

O segundo não é captado pelo puro sentimento, mas por aquilo a que Peirce chamou “sentido da resistência” e que na corrente da consciência supõe a referência a um “facto externo”<sup>36</sup>. A exterioridade do facto implica que a consciência deixa de estar contida em si mesma, como os elementos de um fluxo nesse fluxo. O facto externo interrompe a cadeia da associação consciente, de tal modo que a imanência do sentimento é atravessada por uma relação até então não realizada. No domínio da consciência aparece uma dualidade, em que reside o seu estar reportado

<sup>35</sup> Este conceito inteiramente positivo de indivíduo não é o que Peirce usa. Cf. W. B. GALLIE, «Peirce's Pragmatism» in P. P. WIENER/F. H. YOUNG (eds.), *o.c.*, 69.

<sup>36</sup> Comparações muito fecundas entre o conceito de «facto externo» e o de «sentido da resistência» entre Peirce e Maine de Biran foram estabelecidas por G. DELEDALLE, «Commentaire» in C. S. PEIRCE, *Écrits sur le Signe*, Paris, 1978, 208-209.

a qualquer coisa de outro: no domínio óntico supõe-se a existência de duas coisas e a relação entre elas (1.377). Em 1.358 Peirce escrevia que o segundo aparece “ao longo e em consequência” do primeiro. Deste modo, toda a fenomenologia relativa à secundeidade opera com a pressuposição dos factos da primeidade. Esta pressuposição explica-se pelas ideias de génese e espontaneidade, tal como se aplicam à primeira categoria.

The second is precisely that which cannot be without the first (1.358).

Relação, compulsão, efeito, acção/reacção constituem algumas das noções que se ligam com esta nova categoria. O quase-indivíduo que se continha no primeiro articula-se agora num espaço de relações, que começa por constituir o campo organizado em que pode ter lugar a experiência de um mundo. A diferença relacional entre a objectividade e a subjectividade tem aqui lugar pela primeira vez. Na interpretação de Honnefelder, a primeira determinação que podemos receber da existência exterior a nós não é a da pura individualidade, mas sim a da oposição e resistência. Já a contingência da existência individual se manifesta como uma consequência da percepção de uma força estranha a nós mesmos e da ligação desta percepção ao ser<sup>37</sup>.

O “indeterminado”, característico do primeiro, tem de se revestir da qualidade de uma “posição”, para determinar um espaço de seres relativos. O conceito de relação de Peirce implica o de posição. Porém, a indeterminidade radical não pode de modo nenhum constituir-se a si mesma como uma posição relativa. O que impossibilita esta transformação interna é o carácter da evanescência, pois toda a posição é suportada pela consciência de uma determinada permanência no tempo. Na primeidade deve distinguir-se, por isso, entre a simples evanescência e a potência produtiva de qualquer coisa. É este último carácter que possibilita a consciência tética, efeito dos fenómenos do segundo, do mesmo modo que permite justificar o “ao longo e em consequência” do primeiro. Sem a potencialidade em sentido produtivo não seria possível qualquer posição num campo de relações e, no mesmo sentido, é também dela (“that virtual variety that is the first”) que sai a associação entre indivíduo e posição.

Numa passagem difícil de *Consequences of four incapacities* (trabalho anterior a *A Guess at the Riddle* e datado de 1868) a natureza do “ideal first” era assim concebida:

<sup>37</sup> L. HONNEFELDER, *o.c.*, 387.

(...) These in their term have been derived from others still less general, less distinct, and less vivid; and so on back to the ideal first, which is quite singular, and quite of consciousness. This ideal first is the particular thing-in-itself. It does not exist as such (5.311).

Este fragmento aparecia num contexto em que se expunha a doutrina das categorias, com base na concepção do conhecimento cientificamente válido. Nesta passagem, o primeiro é identificado a partir do “quite singular”, por um lado, e a partir do númeno, do que não existe “as such”. Repare-se neste “como tal”. Nesta expressão significa-se que a “inexistência” só é aplicável para o espírito considerado num determinado momento da sua génese e evolução, a que corresponde a génese e evolução da sua experiência dos existentes. O primeiro “como tal” é descrito como se se tratasse de um limite “ideal”. A informação que o espírito adquire ao longo da sua experiência deriva e está referida sempre a outras informações antecedentes e ulteriores, de tal modo que um determinado estado “actual” de informação não possui uma origem determinada com exactidão pela evidência, o que seria a ideia clara do primeiro conteúdo informativo. O esclarecimento de uma dada massa de informação por intermédio de um regresso a conteúdos-causas, acabaria por terminar num limite além do qual não seria possível ir mais longe. Este limite é ele mesmo um “ideal”, algo que, “como tal”, não existe. O ser da pura possibilidade é, para Peirce, uma Ideia no sentido kantiano das “ideias regulativas”. É este ser possível que é pensado, ao mesmo tempo, como um “quite singular”. A individualidade que aqui está em causa coincide com a evanescência temporal, no sentido em que o instante constitui, igualmente, uma idealidade no interior da sucessão temporal e marca, nesta sua idealidade, a figura do ponto e do indivíduo<sup>38</sup>. O indivíduo temporal é semelhante ao indivíduo da experiência sentimental.

A relação e passagem entre a potencialidade e a actualidade, que define a transição categorial do primeiro para o segundo, é também uma transformação em que o carácter monádico do primeiro se perde. O que surge como efeito desta transição é semelhante ao que Hegel descreve na *Lógica*, nas análises do momento da *qualidade*, na Lógica do ser. Trata-se do nascimento da existência e da relação, que se significa no “um estar para um outro”<sup>39</sup>.

<sup>38</sup> O aparecimento do indivíduo enquanto idealidade não deixa de possuir uma relação profunda com o conceito peirceano de temporalidade, mais propriamente com o seu conceito da génese do tempo, de uma grande originalidade. Cf. *A Guess at the Riddle* - 1.411-1.412.

<sup>39</sup> G.W.F. HEGEL, *Wissenschaft der Logik*, ed. ut. *Science de la Logique I* (trad. P.J. LABARRIÈRE), Livro primeiro, Secção I, 2. c) e 3, 89-94. Cf. A. LÉONARD, *Commentaire littéral de la Logique de Hegel*, Paris/Louvain, 1974, §95, , 75-80.

As notas distintivas do segundo fazem de todos os seus *phanera* (ou fenómenos da *phaneroscopia*) elementos incluídos nos acontecimentos que envolvem a resistência e o sentimento do obstáculo ou da oposição. Só com base neste sentimento e na realidade a que ele corresponde é possível falar de existência. A ideia de realidade objectiva funda-se nos modos que implicam acção recíproca e que estão articulados com as noções comuns ou científicas de força, actualização, peso, causalidade e resistência.

Os fenómenos da segunda categoria são os fenómenos da diferença e da alter-acção, que escapam ao universo do sentimento passivo da qualidade, em si mesmo contido. Foi assim que em 7.551, num texto não datado, possivelmente de 1900, Peirce tinha identificado as experiências baseadas na secundeidade com um *altersense*.

There are no other forms of consciousness except the three that have been mentioned, Feeling, Altersense, and Medisense. They form a sort of system. Feeling is the momentarily present contents of consciousness taken in its pristine simplicity, apart from anything else. It is consciousness in its first state, and might be called primisense. Altersense is the consciousness of a directly present other or second, withstanding us. Medisense is the consciousness of a thirdness, or medium between primisense and altersense, leading from the former to the later... Feeling, or primisense, is the consciousness of firstness; altersense is consciousness of otherness or secondness; medisense is the consciousness of means or thirdness... Altersense has two modes, Sensation and Will (7.551).

Tanto para a sensação como para a vontade, tudo o que se depara na realidade exterior é apreendido como opondo uma resistência, como coisa “bruta”. A resistência da exterioridade difere da mera potencialidade de qualquer coisa que, segundo os fenómenos da primeidade, seria um mero “possível”. Aqui, a diferença entre possibilidade e realidade só é pensada com base nas relações internas que existem entre fenómenos e que não deixam espaço para a potencialidade, tal como se clarificará em 1903 na *Lecture III* das *Lowell Lectures* (cf. 1.23 -1.25).

Nas investigações das *Lowell Lectures*, Peirce concebera a melhor refutação da “falsa” oposição entre o realismo e o nominalismo, com base no reconhecimento de que ambas as posições filosóficas somente tinham tomado em consideração um único tipo categorial, o da existência ou *facto* bruto (1.20)<sup>40</sup>. Porém, a noção completa do espaço categorial não permite semelhante abstracção, pois nem no domínio ontológico nem no psicológico se pensa a existência sem a possibilidade. E se é necessário

<sup>40</sup> L. HONNEFELDER, *o.c.*, 389-390.

acentuar a continuidade entre o primeiro e o segundo, não é menos importante estabelecer o valor da relação entre a secundeidade e a terceidade. A lei geral constitui o quadro normativo em que se irão colocar os fenómenos relativos ao terceiro.

My view is that there are three modes of being. I hold that we can directly observe them in elements of whatever is at any time before the mind in any way. They are the being of positive qualitative possibility, the being of actual fact, and the being of law that will govern facts in the future (1.23).

O primeiro não entra no número das categorias que supõem a constituição da realidade objectiva, na medida em que representa a potencialidade qualitativa pura. Toda a primeidade significa no “poder fazer” e no “poder gerar” uma dimensão “regulativa” do espaço categorial - no sentido kantiano do termo. Só a secundeidade é o verdadeiro real, isto é, o existente enquanto é um certo ser actual. Por fim, pelo facto de o terceiro dizer respeito à orientação dos factos no futuro, não é nesta forma nenhum verdadeiro “acto” e deve retirar-se-lhe, também, a característica do “constitutivo” ou seja, do existente actual para uma experiência actual.

Para tornar inteiramente compreensível a articulação geral do espaço categorial, é importante clarificar o que Peirce e o pragmatismo na generalidade entendem por experiência. É necessário acentuar que as dimensões ontológica, psicológico-gnosiológica e semiótica estão sempre em correlação.

Experience can only mean the total cognitive result of living, and includes interpretations quite as truly as it does the matter of sense (7.538).

As metáforas e comparações biológicas abundam nas descrições que Peirce faz do sujeito da experiência e do próprio modo-de-ser do experienciar, de modo a explicitar sempre o carácter interior que une estes dois aspectos. Toda a experiência implica vivência. A elucidação deste conceito não pode por isso passar, exclusivamente, pelo uso restrito da experimentação científica<sup>41</sup>. Para o pensamento pragmático, pelo contrário, a experiência é, antes de mais, experiência natural. Ela envolve uma totalização que coincidirá no seu “long run” com o “total cognitive result of living”.

<sup>41</sup> Sobre o conceito de «experiência» no pragmatismo ulterior, embora conservando o significado que lhe atribuía Peirce, cf. J. DEWEY, *La Experiencia y la Naturaleza*, o.c., cap. I.



Na correspondência com Lady Welby (carta de 12/10/1904), Peirce designará com o termo “experience” a consciência da acção de um novo sentimento (“feeling”) na destruição de um antigo. Numa fórmula escrevia então:

Experience generally is what the course of life has compelled me to think (8.330).

As noções de “cognitive result of living” e de “course of life” implicam que a continuidade da série das categorias se jogue ao longo da realização subjectivo-específica da aprendizagem pela experiência natural e pela experiência científica. É com este sentido que Peirce condensa na pergunta “o que é o Homem?”, todas as possíveis questões a propósito da realidade da experiência, pois só numa Antropologia que ultrapasse os estritos esclarecimentos anatomo-fisiológicos e psicológicos do Homem, se reconhece a unidade entre a existência e o pensamento, no “curso da vida”. O Homem-espécie como sede dos pensamentos herdados e esperados é, simultaneamente, o operador das formas de existência a que esses pensamentos se ligaram ao longo da série do tempo. Uma das modalidades desta correlação é o instrumento-experimento técnico. Todavia, as determinações que a ideia de humanidade pode receber à luz deste conceito de experiência, coincidirão com um ideal regulativo e de modo nenhum com um determinado estado empírico-histórico da evolução da espécie. O “eu penso” no qual Descartes e Kant teriam tentado incluir a vida da consciência, o segundo autor no interior da síntese temporal da experiência, é uma expressão vazia. Ela designa um “símbolo” e uma forma de actividade - o pensamento consciente - que tem na simbolização a sua principal característica. Uma das conclusões a retirar, portanto, é a de que o “Homem é um símbolo”. A “unidade da consciência” no “Eu penso” é a unidade da simbolização (cf. 7.585). Por conseguinte, reconhecer na experiência a união do pensamento e da realidade, implica que não se desvincule o pensar das diferentes formas de acção, que se supõem incluídas na simbolização e no acto sintético que ela representa.

Mas, o que deve entender-se por “símbolo” quando aplicado à vida do espírito? Esta noção surge em muitos escritos ligada com a de hábito e com a de crença, que Peirce não utiliza somente na acepção de D. Hume, que muitas vezes fica limitada pela significação psicológica, mas alargando-a a tudo aquilo que obriga o espírito a conduzir-se de acordo com princípios normativos, adquiridos ao longo de um processo de adaptação-aprendizagem. Tudo o que impõe determinado tipo de procedimentos no domínio da organização das inferências deve considerar-se um símbolo, para a esfera de experiência com que se

relaciona a cadeia de inferências<sup>42</sup>. Do mesmo modo, no ponto de vista da lógica é sempre um certo uso de símbolos que garante o “bem fundado” de certas conclusões. Trata-se da criação de expectativas sobre a adequação entre a regularidade do pensamento e a regularidade do mundo objectivo, sobretudo nos fenómenos que ainda não se produziram<sup>43</sup>. De certo modo, o símbolo enfrenta a contingência do futuro, tornando-o não só previsível, como tecnicamente dominável. No entanto, tal como a primeiridade não se podia considerar como uma categoria da existência, da actualidade e do real, perdendo por isso um valor “constitutivo”, também a estruturação simbólica do espírito humano se encara, apenas, de acordo com um valor “regulativo” para a experiência possível.

A terceidade é compreendida por Peirce como a capacidade de predição do modo de comportamento do real, baseada inteiramente na forma de uma lei ou de conjuntos normativos que se fundam, por sua vez, em hábitos e em crenças. Só ao nível desta categoria se revela o conceito de Realidade, pois na secundeidade é a existência que está em jogo. Em 1890 no *A guess at the riddle*, o terceiro era definido como a modalidade própria de toda a consciência sintética (1.377), supondo o exercício de uma síntese do tempo, condicionadora das diferentes sedimentações da aprendizagem e do “treino”. Pode compreender-se, assim, que seja requisito fundamental para a terceidade a totalidade da cognição, que perfee o circuito que se origina na indeterminidade do conteúdo da experiência inicial, passando pela sua actualização e concluindo-se na subordinação normativa de toda a experiência possível, que se possa oferecer como relacionada com os fenómenos futuros da natureza. Ao surgir como plano da legalidade e da regularidade do comportamento fenoménico, ao campo da terceidade é alheia a determinação de “critérios de verdade” baseados na estrita adequação entre o intelecto e a coisa exterior. A organização da experiência natural com base em sistemas de

---

<sup>42</sup> Esta concepção de *símbolo* é próxima da relação estabelecida entre simbolização e exemplificação, a propósito de N. GOODMAN, por C. Z. ELGIN. Cf. C.Z. ELGIN, «Comprendre: l'Art et la Science» in: AA.VV., *Lire Goodman - Les voies de la référence*, Paris, 1992, 49-67.

<sup>43</sup> Sobre a formulação humeana da relação entre a indução e a transferência de expectativas sobre regularidades do passado para o futuro («custom to transfer the past to the future») cf. D. HUME, *An Enquiry concerning human Understanding* in, ID., *Enquiries concerning the human Understanding and concerning the Principles of Morals*<sup>2</sup>, L. A. SELBY-BIGGE (ed.), Oxford, 1902, Sect. IV, 58. No sentido de uma reformulação contemporânea do problema humeano da indução e da causalidade cf. N. GOODMAN, *Fact, Fiction and Forecast*, Cambridge (Mass.), 1955. No sentido de uma rejeição parcial da «solução» de Hume, cf. K. R. POPPER, *Objective Knowledge. An evolutionary Approach*, Oxford, 1972, «1. Conjectural Knowledge: My Solution of the Problem of Induction», 1-31.

crenças constitui, em vez disso, um importante campo de investigações acerca da origem da certeza<sup>44</sup>.

## B. 2. As categorias como modos do pensamento

Por crença deve entender-se uma “regra de acção”, cuja permanência relativa ao longo da experiência, possibilita o afastamento da dúvida. Contra o intuicionismo da filosofia cartesiana, que fundava a certeza na clareza e distinção das ideias, o pragmatismo funda o critério da certeza em sistemas de acção-pensamento. Não só é difícil explicar numa visão estritamente intuicionista da certeza e da experiência a diferença entre sono e vigília, entre experiência real e fantasia, como também, por outro lado, o mundo do intuicionista puro é um mundo “privado”, sem contacto possível com o mundo que se estrutura nas outras maneiras de ver, as quais possuem uma orientação prática, configuradora do mundo real que se apresenta na intuição ao eu. O argumento decisivo de Peirce contra a tese intuicionista sobre a certeza, reside no facto de que todas as imagens mentais possuem igual realidade, e o serem mais ou menos claras e distintas não é um argumento relativo à sua necessidade lógica, mas tão somente psicológica<sup>45</sup>. O intuicionista ainda poderia contra-argumentar servindo-se da crítica ao “regresso ao infinito”, que suporia, para ele, toda a não fundamentação da certeza em evidências primeiras e inabaláveis: para ele, o conhecimento e a experiência possuem um início no tempo em uma ou em várias intuições primitivas com um valor axiomático e que são, para os interpretantes actuais de um estado cognitivo, os fundamentos primeiros da ciência<sup>46</sup>.

<sup>44</sup> Para a história pragmatista do conceito de «certeza», cf. J. DEWEY, *The Quest for Certainty: a Study of the Relation of Knowledge and Action* (1929), ed. ut.: *La Busca de la Certeza* (trad. E. Ímaz), Madrid, 1952. Sobre as posições anti-intuicionistas de Peirce, cf. N. BOSCO, *o.c.*, 36 e ss.

<sup>45</sup> ID., *Ibid.*, 37. Do ponto de vista da crítica da concepção husserliana da «evidência», cf. K.O. APEL, «Le Problème de l'Évidence phénoménologique à la lumière d'une Semiotique transcendantale», in *Critique*, XLII n° 464-465 (1986), 79-113.

<sup>46</sup> Num texto datado de 1897, integrado nos C. Papers sob o título, «Fallibilism, Continuity, and Evolution», Peirce escrevia: «All positive reasoning is of the nature of judging the proportion of something in a whole collection by the proportion found in a sample. Accordingly, there are three things to which we can never hope to attain by reasoning, namely, absolute certainty, absolute exactitude, absolute universality. We cannot be absolutely certain that our conclusions are even approximately true; for the sample may be utterly unlike the unsampled part of the collection. We cannot pretend to be even probably exact; because the sample consists of but a finite number of instances and only admits special values of the proportion sought... (1.141). Now if exactitude, certitude and universality are not to be attained by reasoning, there is certainly no other means by which they can be reached» (1.142).

Na construção das teses sobre o espaço categorial e sobre o conceito pragmático de experiência ao longo da sua obra, Peirce serve-se de dois tipos de estratégias para infirmar as teses do intuicionismo radical: um conjunto de perspectivas cosmológicas, que se integram nas suas especulações tardias sobre a evolução e a continuidade, e um conjunto de teses gnosiológicas. Do ponto de vista cosmológico é inadmissível um “contínuo” com partes primeiras e últimas. A fundamentação primeira é uma ficção do intuicionista, do mesmo modo que os seus paradoxos relativos ao “regresso ao infinito”, se assemelham às dificuldades que encontrou Zenão para se convencer a si mesmo de que existia o movimento. Do mesmo modo que o senso comum não rejeita a existência do movimento contínuo, pelo facto de Zenão ter pensado poder fraccioná-lo em partes discretas absolutas, também é um facto que o início no tempo da cognição não significa que esse início seja o indubitável em si mesmo e um começo inteiramente exterior - no sentido da exterioridade dos fundamentos primeiros - à série das cognições actuais e futuras.

As matemáticas e em particular a geometria demonstraram a inanidade da concepção intuicionista, pois a axiomática euclideana provou ser incompatível com outra ordem de geração axiomático-dedutiva, designada, por isso mesmo, “não euclideana”. Podem subsistir diferentes linhas inferenciais dedutivas que não se relacionam com um só fundamento intuitivo, mas com vários pressupostos-postulados funcionando em sistemas de dedução provável. A revisão dos princípios primeiros do intuicionista implicará a substituição de uma «lógica da necessidade» por uma «lógica da conjectura»<sup>47</sup>.

No artigo *Logic* de 1873 distinguiam-se quatro formas para afastar a dúvida e “fixar a crença”: 1. o método da imposição violenta da crença; 2. o método que consiste em avançar de dúvida em dúvida até a uma certeza apodíctica; 3. o método da persuasão retórica; 4. o método do raciocínio científico. Segundo este trabalho, apenas a última modalidade se encontra em condições para assegurar as bases de uma génese da crença legítima. Como se estruturam os raciocínios na ciência? De acordo com a teoria pragmatista, eles originam-se em certas opiniões comuns ou proto-crenças que, pelo facto de serem ideias gerais pertinentes num momento dado da pesquisa, tornam possível o início de um processo de inferências mentais. O modo de inferir é duplo. Ou depende da observação ou do raciocínio (“observation” e “reasoning”).

---

<sup>47</sup> Uma aproximação entre Peirce e Popper a este respeito foi esboçada por C. CHAUVIRÉ, «Vérifier ou Falsifier: de Peirce a Popper» in *Les Études Philosophiques* (1981), 257-278, especialmente, 264-265.

Some thoughts are produced by previous thoughts according to regular laws of association, so that if the previous thoughts be known, and the rule of association be given, the thought which is so produced may be predicted. This is the elaborative operation of thought, or thinking *par excellence*. But when an idea comes up in the mind which has no such relation to former ideas, but is something new to us, we say that it is caused by something out of mind, and we call the process by which such thoughts sprung up, sensation. And those parts of investigation which consist chiefly in supplying such materials for thought to work over, combine and analyze, are termed observations. (7.328) (...) But observation alone cannot constitute investigation (...) Accordingly, besides observation it must be that there is also an elaborative process of thought by which the ideas given by observation produce others in the mind (7.331 *The Logic of 1873*).

Ao contrário da observação, não é o raciocínio um domínio “privado” da vida mental de cada um. À imagem privada do mundo que coincide com a determinação das perspectivas espaço-temporais da observação, com base nas posições relativas dos corpos, sobrepõe-se a comunidade da opinião estabelecida pelo encontro dos raciocínios e que, ao longo da evolução do conhecimento científico, corresponde à possível noção da realidade objectiva, fora da dependência dos campos perspectivísticos de cada um. Pode ler-se num trabalho de 1868 *Consequences of four incapacities*:

The real, then, is that which, sooner or later, information and reasoning would finally result in, and which is therefore independent of the vagaries of me and you. Thus, the very origin of the conception of reality shows that this conception essentially involves the notion of a COMMUNITY, without definite limits, and capable of a definite increase of knowledge (5.311, o sublinhado é do próprio texto. Cf. 5.316-5.317).

A crença final que resulta de um feixe de procedimentos inferenciais dos espíritos, no interior de uma comunidade de pesquisa, é a “opinião geral” que, em cada caso, se deve entender como a causa regulativa do estado actual das crenças sobre o comportamento dos fenómenos. O sentido regulativo da crença final para o estado “actual” das pesquisas oferece-se no interior dos elementos que constituem a matéria das inferências da ciência: 1. as ideias ou representações; 2. as determinações das ideias por outras ideias; 3. as determinações das ideias por processos inferenciais pré-existentes. A actividade da comunidade científica<sup>48</sup> na

<sup>48</sup> Sobre as implicações epistemológicas do conceito de “comunidade de pesquisadores”, sobre os seus pressupostos metodológicos na abdução e sobre os seus condicionalismos morais, numa visão crítica cf. B. CARNOIS, «La Sémiotique pragmatique de C. S. Peirce et ses limitations épistémologiques» in *Les Études Philosophiques* (1983), 299-316, especialmente 311 e ss. Neste estudo, por razões de

sua maturidade associa necessariamente o corpo de inferências sobre o qual se edifica, com uma “pré-determinação do futuro”<sup>49</sup>. Esta última compreende as “ideias gerais” ou o que Peirce também chama os “universais”. Pela “realidade dos universais” entende-se que uma vez dado um certo conjunto de ideias como premissas na resolução de um problema, se seguirão provavelmente estas e não aquelas ou quaisquer outras ideias e concepções. O método científico consiste, justamente, na capacidade de aliar ao sistema de crenças um universo de expectativas normativas: as ideias gerais são actuaes e a realidade da acção, por outro lado, pode decompor-se num sistema de concepções. Em concreto é esta realidade eficiente dos gerais que leva L. Honnefelder a interpretar o “realismo escotista” de Peirce como o resultado ou efeito congruente de cinco aspectos da Lógica pragmaticista: 1. a importância da realidade dos gerais como condição de possibilidade do próprio realismo da ciência; 2. a interpretação do conhecimento conceptual do geral como mediação representativa, distinta da apreensão conceptual da existência individual na abstracção; 3. a realidade do geral como algo que se explica no processo do conhecimento, em cujo termo se pode justificar todo o ser objectivo fenoménico; 4. A interpretação do geral como possibilidade; 5. a compreensão do existente a partir de fundamentos anteriores de carácter pressupositivo<sup>50</sup>. A generalidade não pode entender-se sem o relacionamento entre o estágio actual da cognição e da acção e o sistema normativo, que regula as expectativas com base na revelação de oportunidades para seguir a mesma experiência e as mesmas operações no futuro. Neste sentido, a concepção de Peirce pode ser lida, em retrospectiva, com base na interpretação que S. Kripke deu dos §§ 201, 202, 243, 258 e 265 das *Investigações Filosóficas* de L. Wittgenstein, na variante de um “argumento céptico”, sobre o significado de “seguir uma regra” e sobre a refutação da possibilidade de uma “linguagem privada”<sup>51</sup>.

---

economia, não me foi possível desenvolver este tema das investigações peirceanas. As condições da «comunalidade» da semiosis, *autenticidade, contratualidade e expressividade* foram referidas por H. PARRET, *o.c.*, 49.

<sup>49</sup> A relação entre tradição e inovação, passado e futuro, no interior da «comunidade» foi objecto de uma tematização muito detalhada por parte de J. ROYCE, com inspiração em Peirce. Cf. J. ROYCE, *The Problem of Christianity*, vol. II, Lectures IX-X, N. York, 1913, in M.H. FISCH (ed.), *Classic american Philosophers*, N. York, 1951, 200-212. Sobre os traços da influência de Peirce na obra de J. Royce, cf. J. E. SMITH, *Royce's Social Infinite. The Community of Interpretation*, New York, 1950, “II - The background: Peirce's thought and the Philosophy of Loyalty”, 11-63.

<sup>50</sup> L. HONNEFELDER, *o.c.*, 384.

<sup>51</sup> S. A. KRIPKE, *Wittgenstein - On Rules and private Language*, Oxford, 1982.

A problemática do que habitualmente se chama “metodologia” está sempre relacionada quer com o sentido do “critério de verdade”, quer com a noção da prática a que Peirce chamou “abdução”. Peirce sustenta que a ciência conhece três tipos diferentes e básicos de raciocínios, que na Antiguidade haviam sido identificados por Platão e Aristóteles. O que chamamos indução corresponde ao termo platónico e aristotélico “epagogé”. A dedução coincide com o que Aristóteles designava quer por “anagogé” quer por “synagogé”. A retroducção ou abdução corresponde ao termo aristotélico “apagogé”. A noção aristotélica de “paradeigma”, que se traduziu por analogia, deveria combinar a indução e a abdução<sup>52</sup>. Este último termo, que Peirce utiliza ao lado de “retrodução” e de “hipótese” teria nascido, segundo ele, de uma corrupção na tradução do termo aristotélico “apagogé”. Contudo, não me parece possível reduzir os problemas em causa na distinção entre dedução e abdução (termos tão próximos), a uma discussão sobre a capacidade dos complementos latinos de lugar para verterem o sentido dos complementos gregos, uma vez que se mantém a mesma significação verbal em grego e latim.

O “método abductivo” não significa um método particular utilizado em determinadas regiões do conhecimento mas, diferentemente, ele deve entender-se como uma macro-concepção da prática científica e de determinados procedimentos que começam por se formar na própria percepção. Do ponto de vista da prática científica, a que Peirce dá grande privilégio no tratamento desta questão<sup>53</sup>, a abdução consiste na actividade de geração de uma hipótese, partindo de uma situação de surpresa frente a factos surpreendentes ou inexplicados, mas que aparecem relacionados com certas regularidades na existência fenoménica. A formação da hipótese é determinante para adequar o nosso comportamento cognitivo, face ao que a experiência anterior continha de incompleto. Em muitos textos, Peirce insiste nesta necessidade de a pesquisa integrar lacunas, ou seja, instituir a continuidade entre a memória e a prospectiva. Por hipótese, Peirce entendia:

Hypothesis is where we find some very curious circumstance, which would be explained by the supposition that it was a case of a certain general rule, and thereupon adopt that supposition (2.624).

O conceito de hipótese integra-se nas formas conhecidas das inferências, especialmente no ramo das inferências sintéticas (2.623), o

<sup>52</sup> A referência de Peirce a Aristóteles ocorre em 1.65.

<sup>53</sup> Sobre toda esta temática de ordem metodológica cf. F. E. REILLY, *Charles Peirce's Theory of Scientific Method*, New York, 1970.

que leva implicado que a forma da sua prospectiva dependa de conteúdos das experiências anteriores e, mais propriamente, de normas do comportamento cognitivo que nelas se geraram. Neste sentido, o conhecimento científico analogia-se ao processo de descoberta dos princípios normativos válidos para casos inexplorados ou surpreendentes, no que se assemelha ainda à metodologia jurídica do preenchimento de lacunas. No caso do conhecimento científico, a admissão das hipóteses é regida por regras de justiça e oportunidade. Para 7.220, uma hipótese é cientificamente admissível desde que se reünam três condições, a saber: 1. deve ser capaz de se submeter a testes experimentais; 2. deve poder explicar os “factos surpreendentes” que a motivaram; 3. a hipótese verdadeira deve considerar-se apenas uma em um número indeterminado de hipóteses falsas. Coloca-se o problema de saber quais hipóteses seleccionar para testes. A decisão da comunidade de pesquisa irá no sentido do “princípio da economia” (cf. 1.85 e 1.122) nos meios implicados (esforço mental, tempo, instrumentos, dinheiro). Segundo Peirce, a decisão sob o “princípio da economia” funda-se em considerações que podem ser “instintivas” ou racionais. Neste último caso, é pressuposto um conhecimento de uma classe de factos objectivos que podem corroborar parcialmente a hipótese eleita, transformando-a numa explicação mais apta que outras para vencer a prova dos testes.

Da hipótese retiram-se consequências que funcionarão como conjecturas. Este é o momento dedutivo na descoberta científica. A dedução forma um quadro das condições ideais da total realização da hipótese, configura, por assim dizer, o mundo que deveria existir se a hipótese se verificasse. É isto que Peirce significa pela expressão “state of things” (1.66) e com a necessidade de a dedução formar um “diagrama”, onde se estabelecem todas as relações possíveis pressupostas *in nuce* na hipótese (cf. 2.96). O carácter diagramático da dedução, faz com que ela seja um modo icónico de representar as condições de validade da hipótese. Os textos dos C. P. sobre a dedução estabelecem uma distinção entre duas modalidades, que remonta ao sentido matemático do termo em Euclides<sup>54</sup>. Distingue-se um tipo “corolarial” de um tipo “teoremático”, consoante se está em presença de uma dedução em que as consequências da hipótese são imediatamente visíveis, sem necessidade de ulterior experimentação mental, ou de um tipo lógico que implica um conjunto de variações no diagrama, para que todas as relações se evidenciem.

---

<sup>54</sup> Cf. G. DELEDALLE, «L'actualité de Peirce: abduction, induction, déduction» (compte rendu) in *Semiotica* 45 (1983), 307-313, 310.



Para Peirce, uma das mais perniciosas ambiguidades metodológicas dá-se quando se confunde a indução e a abdução. Numa fórmula de 7.218 (cf. 7.55), Peirce distinguia um tipo de inferência do outro afirmando que se a abdução procura uma teoria, a indução busca os factos. Na abdução o carácter “surpreendente” dos factos (o enigma) motiva a hipótese teórica e na indução é a consideração da própria teoria, que conduz a um novo exame dos factos. A indução é um tipo de inferência, que apenas garante o alcance da verdade no que Peirce chama “the long run”. Em termos de sucessividade do raciocínio científico, a hipótese antecede a indução e, entre ambas, estabelece-se a dedução. Sobre a analogia, o texto de 1896 *Lessons from the History of Science*, apenas afirma que é o raciocínio que permite inferir de uma classe de objectos diferentes, mas semelhantes em certos predicados, a semelhança com respeito a outros predicados, não se encontrando esta última corroborada por via indutiva. A analogia combina a inferência indutiva com a abdução. Peirce não atribui à analogia um significado metafísico especial.

Entre estas classes de inferências a abdução ocupa um lugar privilegiado, pois ela é o processo intelectual que, verdadeiramente, põe em movimento a ciência, afastando progressivamente os raciocínios e as observações de estádios indeterminados e confusos da experimentação. Como se inicia este movimento? Numa abordagem superficial, algumas das sugestões de Peirce sobre a realidade psicológica da abdução parecem não consistir senão nisso mesmo: abordagens psicológicas. Refiro-me, particularmente, às conclusões que ele extrai do carácter divinatório da hipótese. Estas, levam-no mesmo à estrita identificação da abdução com “guessing” - (...) and abduction is, after all, nothing but guessing (7.219). Os actos psicológicos envolvidos em “guessing” - termo demasiado rico para se poder traduzir por “intuir” ou “adivinhar” - não interessam, contudo, à análise epistemológica de Peirce. O que é significativo é o facto de a probabilidade valiosa de a nossa hipótese ser justa, radicar na noção de que o mundo pode ser objecto da nossa razão (7.219), o que transforma o “to guess” num acto de atribuição de racionalidade aos acontecimentos do mundo objectivo. A convicção profunda de Peirce é uma convicção racionalista. Mas, qual a fundamentação não psicológica da validade de “to guess”? Sob a influência da metafísica evolucionista, em 1907, num manuscrito intitulado *Guessing* escrevia:

I could tell many other true tales of successful guessings; but I have mentioned here two principles which I have been led to conjecture furnish at least a partial explanation of the mystery that overhangs this singular guessing instinct. I infer in the first place that man divines something of the secret principles of the universe because his mind has developed as a part of the universe and under the influence of

the same secret principles; and secondly, that we often derive from observation strong intimations of truth, without being able to specify what were the circumstances we had observed which conveyed those intimations. (7.46) It is a chapter of the art of inquiry (7.47) <sup>55</sup>.

A actividade do pensamento consciente racional é identificada por Peirce, várias vezes, com o silogismo. Este último, representa as condições formais em que se podem enquadrar as inferências. O privilégio dado à silogística é somente um aspecto do privilégio geral de que gozam as tráfades nas especulações de Peirce. Por inferência silogística pode, em certos casos, entender-se uma determinada correlação entre o *caso* (ou problema), a *regra* e o *resultado*, num processo de rectificação de erros e de solução de problemas. A abdução implica uma ordenação de cada um destes elementos, diferente da que está em jogo na dedução ou na indução. Assim:

- a) dedução  
 regra - todas as peças que se retirem deste saco são brancas  
 caso - estas peças vieram deste saco  
 resultado - estas peças são brancas
- b) indução  
 caso - estas peças vieram deste saco  
 resultado - estas peças são brancas  
 regra - provavelmente, todas as peças tiradas deste saco são brancas
- c) abdução  
 regra - todas as peças que se retirem deste saco são brancas  
 resultado - estas peças são brancas  
 caso - estas peças vieram provavelmente deste saco (cf. 2.623).

A abdução, de que se extrai uma visão hipotético-conjectural da prática da comunidade científica constitui, no plano das expectativas de acções, a possibilidade de o espírito se deixar conduzir por uma representação coerente do universo dos acontecimentos <sup>56</sup>.

An abduction is a method of forming a general prediction without any positive assurance that it will succeed either in the special case or usually, its justification being that it is the only possible hope of regulating our future conduct rationally, and that Induction from past experience gives us strong encouragement to hope that it will be successful in the future (2.270).

A unidade sintética é, na regra abductiva, o ponto de partida de uma sequência de proposições que está voltada para a subsunção de casos particulares, mas ao contrário da dedução não são as qualidades dos factos

<sup>55</sup> Sobre a co-naturalidade da cognição, da evolução e da natureza em Peirce cf. N. RESCHER, *Cognitive Systematization*, Oxford, 1979, 123.

<sup>56</sup> Cf. F. E. REILLY, *o.c.*, 30 e ss.

que interessam, mas sim o próprio acontecer dos fenómenos e a estrutura desse acontecer. O pensamento *sub specie abductiva* inscreve-se no próprio enunciado da máxima pragmática de 1877 ou 1878 que, para muitos, enunciava o “critério pragmaticista de verdade”:

Consider what effects that might conceivably have practical bearing you conceive the object of your conception to have. Then your conception of those effects is the WHOLE of your conception of the object (cit. in 5.421 a partir do artigo da *Popular Science Monthly*).

Os efeitos mais relevantes das teses de Peirce sobre a abdução residem na ideia de que mesmo toda a percepção possui um carácter abductivo, quer dizer, assenta numa ordem de generalidade sintética prévia, com base na qual se podem esperar comportamentos regulares de fenómenos. N. Bosco analisou esta particularidade da abdução com detalhe<sup>57</sup>. As qualidades “verde” e “azul”, por exemplo, enquanto designam predicados de objectos apreendidos, não dependem do conhecimento “perceptivo” de uma associação imediata e estrita entre esses objectos e essas qualidades. A atribuição de predicados a objectos pode interpretar-se de forma ao mesmo tempo mais complexa e natural. Ela estrutura-se num processo inferencial que pode dizer-se “inconsciente”. Este processo pode identificar-se com aquele outro que coordena certas palavras gerais (“universais”), com o seu campo atributivo possível na realidade empírica. Ora, tal coordenação nunca se poderia realizar ao nível da simples percepção, porque não existe nem percepção da generalidade em si, pois não há coisas gerais, nem percepção da adequação dos “gerais” aos fenómenos empíricos (ou percepção da subsunção). A tese de que a percepção tem estrutura abductiva pode sustentar-se sem paradoxo, na medida em que a realidade apreendida na percepção sensível não é, apenas, “perceptiva” ou “sensorial”. A ideia de que a percepção “infe-re” pode ilustrar-se por meio do exemplo de silogismo.

O Tipo de objectos “O” implica o tipo “p” de predicados  
 “S” é percebido como “p”  
 “S” = “O”

O enunciado resultante do conhecimento perceptivo é possível, segundo esta maneira de ver, pela acção da regra com que termina explicitamente este raciocínio, e depende da força das relações estruturadas anteriormente para outros tipos de fenómenos. É por esta razão que a crença (como articulação lógico-psicológica de inferências dadas

<sup>57</sup> Cf. N. BOSCO, *o.c.*, 63 e ss.

na história de um indivíduo ou de uma comunidade) acaba por se entender como uma dimensão meta-psicológica do acto cognoscitivo e passa a significar um ordenamento normativo, sem o qual a cognição actual apareceria como um acto desligado da unidade da vida individual e da vida da espécie: sem crença não existe ligação intra-temporal dos conhecimentos em um ordenamento biográfico.

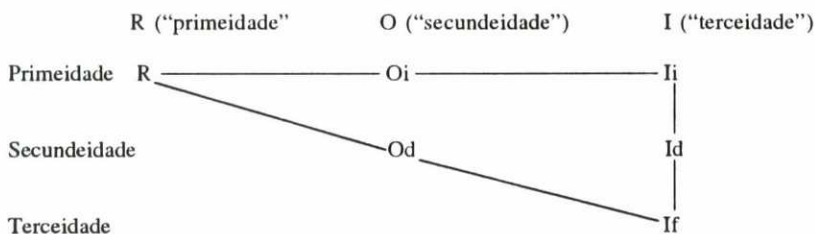
Como o plano da "generalidade" exclui uma verificação ou falsificação directas na exclusiva dependência de um determinado estado da experiência, é o próprio conceito tradicional de verdade que sofre uma profunda transformação. A verdade não pode já entender-se no sentido de um estado de consciência inteiramente transparente ao sujeito e em perfeita adequação com a objectividade, mas deverá antes falar-se em limiares de verdade, coincidentes com graus de evolução e de adaptação do espírito à natureza e à sociedade<sup>58</sup>.

A respeito do conceito de generalidade e com o sentido de compreender a inserção dos modos do pensamento nas duas outras esferas abrangidas pela categorização - a existência e a significação - convém reflectir sobre o que Peirce entendia pela sua teoria dos três universos. Esta teoria pertence a um período de investigação filosófica relativamente tardia, pois data de 23 de Dezembro 1908, na forma da exposição que se conhece da correspondência com Lady Welby. A elaboração da teoria é complexa, na medida em que não só envolve o espaço categorial como a articulação deste com os elementos que fazem parte da significação ou *semiosis*. Nos três universos vão entroncar os três ramos da concepção completa do que Peirce entende por uma Lógica: o domínio do pensamento, o domínio da existência e o domínio da expressão do pensamento da existência. Os três universos dividem-se de acordo com as três concepções típicas sobre a natureza da realidade objectiva: o primeiro universo ("first") contém tudo aquilo que possui o ser em si mesmo e que não está sujeito ao princípio da contradição; o segundo ("second") é o universo dos objectos que entram nos mecanismos da causalidade e da acção recíproca, organizando-se segundo a acção e reacção, em factos e relações entre factos; o terceiro ("third") é o universo daquelas realidades que só podem conhecer-se mediante o raciocínio lógico. Sobre esta tricotomia ontológica deverá erguer-se uma tricotomia das formas do pensamento e uma tricotomia do signo. Os signos representam, aliás, o

---

<sup>58</sup> Sobre as implicações do conceito de verdade de Peirce cf. A. M. MARTINS, «De Peirce a Habermas. Sobre a(s) teoria(s) intersubjectiva(s) da verdade» in *Biblos*, LV (1979), 425-455. Cf. L. HONNEFELDER, *o.c.*, 385: o princípio do realismo da ciência assenta não já no conhecimento por notas da individualidade imediatamente apreendida, mas numa *determinação singular da generalidade*.

campo privilegiado do exercício destas distinções, pois é por eles que é possível reconhecer um modo de exercício do pensamento e o correlato ontológico do pensar. As estruturas da significação são, para Peirce, um acesso de valor muito especial quer para a ontologia, quer para a gnosologia. É a respeito da divisão tricotómica do signo em *representamen*, *objecto* e *interpretante* que, no quadro ilustrativo seguinte, se introduzem as outras tricotomias, a do pensar e a do ser. R-O-I<sup>59</sup> é uma tricotomia que se subordina a uma divisão ulterior em R-R (não distinção ou simplicidade), R-Oi e R-Od (relação do interpretante com um objecto imediato e com um objecto dinâmico) campo a que pertence a articulação entre o sentido e o referente, na terminologia de Frege<sup>60</sup>. Por último, as relações R-Ii, R-Id e R-If, designam a articulação entre o *representamen* e as diferentes classes de interpretantes: o imediato, o dinâmico (tal como para o objecto) e o final. Outra orientação das articulações significantes pode estabelecer-se entre objecto(s) e interpretante(s). Todavia, nenhuma destas relações pode subsistir por si mesma, todas elas são fundamentais para a unidade da razão entre ser, pensar e significar. A doutrina das categorias do ser implica, por isso, uma doutrina das categorias da significação e do pensamento.



### B. 3. As categorias como modos da significação

Importa examinar o que Peirce entendeu por cada um dos conceitos fundamentais da ilustração<sup>61</sup>. A distinção operada entre objecto imediato

<sup>59</sup> Estas abreviaturas passarão a designar neste texto, respectivamente, *representamen*, *objecto* e *interpretante*.

<sup>60</sup> G. FREGE, «Über Sinn und Bedeutung» (1892), ed. ut., ID., *Écrits Logiques et Philosophiques*, Paris, 1971. Para a história da recepção da distinção capital da obra de Frege, cf., J. PROUST, «Sens frégéen et Compréhension de la Langue» in H. PARRET/J. BOUVERESSE (eds.), *Meaning and Understanding*, Berlin/N. York, 1981, 304-323.

<sup>61</sup> O leitor pode examinar outras ilustrações destes relacionamentos lógicos, em quadros ou diagramas em, entre outros, A. COSTA MELO, *o.c.*, I, 96-98 e G. DELEDALLE, *Théorie et Pratique du Signe...*, *o.c.*, especialmente, 70.

(Oi) e objecto “mediato”, dinâmico ou “dinamóide” (Od), corresponde ao sentido da afecção do espírito pelos objectos externos e ao modo como os signos aludem àquilo a que se referem no mundo objectivo. Assim, o objecto imediato é aquele que cria no espírito sob a forma do sentimento o seu modo próprio de se relacionar com o real. O objecto permanece, de algum modo, interno à “visada” significativa mental e não se abstrai dela. Pelo contrário, o objecto “dinamóide” sustenta-se num carácter dinâmico da relação entre significação e realidade, de tal modo que o objecto tem de ser tomado no sentido de uma realidade completamente exterior à “visada” significativa. Não estando incorporado por completo no modo significante, o objecto corresponde à concepção da objectividade do “realismo ingénuo” (cf. 23/12/1908 a Lady Welby e 4.536).

O conceito de interpretante (I) não é um conceito simples como o de *representamen* (R). Peirce distingue três classes (cf. entre outros exemplos: 4.536 e 5.475). A definição mais englobante de interpretante caracteriza-o como o signo equivalente ao signo inicial, que emerge no espírito do auditor e que substitui ao nível de um novo *representamen* o objecto que o primeiro signo denotava. Todavia, o interpretante não suplementa o objecto do primeiro signo em todas as suas dimensões, mas apenas naquilo que nele é o “fundamento do *representamen*”. Tal “fundamento” designa no espírito uma “ideia” (2.228). Neste efeito de designação, os signos enviam necessariamente para outros signos que se tomam como seus *explananda*. A cadeia de explanação signitiva pelos interpretantes é estruturalmente aberta e indefinida quanto ao seu termo no futuro (5.481/5.482). A existir um termo do processo, ele coincidiria com o signo “saturado”, quer dizer, com a significação capaz de explanar todas as significações de todos os signos contidos numa inferência, o que é impossível. Para isso, o “signo saturado” teria de ser entendido como uma emanção total do seu objecto<sup>62</sup>. Mas o conceito de interpretante só tem sentido justamente como instrumento de crítica à ilusão de um “signo saturado”. E porquê?

Os interpretantes só se consideram como genuínos na “série” ou “cadeia” de interpretantes e não como componentes simples e não analisáveis do signo<sup>63</sup>. Deste modo, Peirce insiste na sua diferença frente à expressão verbal ou escrita, tal como frente ao contexto externo da

<sup>62</sup> Sobre a noção peirceana da remissão entre signos na formação das significações «actuais» e a diferença em relação à Fenomenologia de Husserl, especialmente no que se refere à doutrina da «aparência» cf., J. DERRIDA, *De la Grammatologie*, Paris, 1967, 72.

<sup>63</sup> Cf. G. DELEDALLE, *Théorie et Pratique du Signe, o.c.*, «Pour une Analyse sémiotique», chap. III, 117-125.

significação. O universo categorial a que os interpretantes pertencem é o da terceidade, com tudo o que aí está implicado de regularidade normativa. A “semiosis” no seu sentido completo pressupõe a actuação conjunta de diferentes campos de interpretantes na fixação de um sentido comunicável, que não se pode imaginar nem na primeidade nem na secundeidade. A independência frente ao objecto e frente ao *representamen*, leva Peirce a entender pelo interpretante “tudo o que é explícito no signo ele mesmo” para um auditor <sup>64</sup>.

O sentido desta asserção conduz a problematizar a linha de demarcação entre o objecto e o interpretante, na medida em que a fronteira entre ambos é, sobretudo, uma região de partilha: ao interpretante pertence tudo o que descreve a qualidade e o carácter da informação comunicada, ao objecto pertence tudo o que permite a distinção, com valor operatório, entre a informação actual e outras informações possíveis. O objecto denotado não é, portanto, uma realidade a-semiótica <sup>65</sup>, mas um diferencial, que ao nível da informação do comunicado estabelece a identidade do “que é” dito, frente a outras informações com diferente valor semântico. Na esfera do interpretante, a diferença semântica entre informações aparece como uma distinção entre os efeitos mentais produzidos num auditor. É esta mesma diversidade de efeitos produzidos que se situa na base da tricotomia do interpretante (“imediato” Ii, “dinâmico” Id, e “normal” ou final If). Peirce distinguia os interpretantes “afectivos”, “energéticos” e “lógicos” (cf. 5.475-5.476, 5.480), com o mesmo sentido da distinção anterior. Mas, segundo o texto da correspondência com Lady Welby (carta de 1/10/1904):

It is likewise (tal como as divisões do objecto) requisite to distinguish the *immediate interpretant*, i.e. the interpretant represented or signified in the sign, from the *dynamic interpretant*, or effect actually produced on the mind by the sign; and both of these from *normal interpretant*, or effect that would be produced on the mind by the sign after sufficient development of thought (8.343 observação minha).

O interpretante representa tudo o que no signo torna possível as suas condições gerais de uso para sujeitos dotados de “competência comunicativa”:

<sup>64</sup> O conceito de interpretante na perspectiva de uma “lógica da interlocução” foi explorado nas suas consequências intersubjectivas por F. JACQUES, *L'espace logique de l'Interlocution*, Paris, 1985. O autor explicitamente reconhece a inspiração do seu trabalho em Peirce e em Morris. Cf. ID., *Ibid.*, 14.

<sup>65</sup> J. Derrida retirou conclusões decisivas a partir da ausência de um «sol de non-signification» na Semiótica de Peirce para a posição «determinada» e «não fundamental» que a Lógica Material ocupa frente à Semiótica. Cf. ID., *Ibid.*, 70-71.

For the proper significant outcome of a sign, I propose the name, the interpretant of the sign (5.473 - *A Survey of Pragmaticism*).

O interpretante normal ou final (If) vem associado com determinados graus de maturação do pensamento que, por sua vez, dependem do que as comunidades conseguiram alcançar no domínio da adaptação e da resolução de problemas. Os pensamentos são então *topoi* em cadeias inferenciais, que se estruturam de acordo com normas da compreensão dos significados gerais. Estas normas actuam num conjunto signico que é capaz de produzir o valor significativo de cada uma das partes para um intérprete possível, do mesmo modo que na relação entre caso, resultado e regra na abdução.

A análise semiótica distingue ainda o interpretante imediato do dinâmico (Ii, Id). Os interpretantes imediatos integram-se no tipo de efeito produzido de um modo espontâneo pela ocorrência de um signo ou de uma série de signos, não se separando, por isso, do “sentimento passivo da qualidade”. Os “dinâmicos” pressupõem a existência de uma “experiência colateral”, por meio da qual, na presença de signos dados, estes remetem para objectos determinados. Na versão de *A Survey of Pragmaticism* os “interpretantes afectivos” designavam a natureza da informação comunicada na modalidade do sentimento, os “interpretantes energéticos” implicavam que a actualização da informação para um intérprete, se fizesse mediante um “esforço mental” (*mental effort*), que partisse de uma informação básica comunicada por um signo para outras informações. Esta capacidade de reenvio que é própria de toda a *semiosis* (5.484) supõe ao nível dos interpretantes um exercício sobre o mundo de relações que a significação estrutura. Este universo possui no raciocínio articulado do ponto de vista verbal a sua expressão mais comum.

O objectivo do coroamento da doutrina das categorias do ser em uma doutrina semiótica é evidente em todos os escritos dedicados à Lógica<sup>66</sup>. Convém, contudo, introduzir a definição que Peirce forneceu da natureza da investigação semiótica, à luz da definição do seu próprio objecto. O objecto da Semiótica é a *semiosis* ou *semeiosis*.

by semiosis I mean... an action, or influence, which is, or involves, a cooperation of three subjects, such as a sign, its object, and its interpretant, this three-relative influence not being in any way resolvable into actions between pairs (5.484).

Tudo conduz à ideia de que a significação não é um dado estático que se estabelece entre realidades exteriores ao espírito e significados mentais

<sup>66</sup> K. O. APEL, «Von Kant zu Peirce: Die semiotische Transformation der Transzendentalen Logik» in, ID., *Transformation der Philosophie II*, Frankfurt/M., 1973, 157-177, especialmente 160.



que se exprimem num instrumento mais ou menos fiel de comunicação dos pensamentos, que é a linguagem verbal. A diferença entre a teoria da significação de Peirce e a que encontramos nas correntes dominantes da "idade clássica"<sup>67</sup> é manifesta, desde logo, ao nível da insistência, pelo nosso autor, no carácter triádico da *semiosis*<sup>68</sup>, por um lado e, por outro, nas intenções de muitas das classificações dos signos que abundam nos *Collected papers*. Deste último ponto de vista, extremamente decisivo na crítica de um puro mentalismo dos significados, importa a análise de uma dessas tipologias.

Na carta a Lady Welby de 12 de Outubro de 1904, de acordo com um hábito tipológico muito próprio, Peirce submete o *representamen*, o objecto e o interpretante a uma tricotomia, à luz da tripla realidade categorial do Primeiro, Segundo e Terceiro<sup>69</sup>. Em R nascem os signos a que ele chama Qualisigno, Sinsigno e Legisigno ("Qualisign", "Sinsign", "Legisign"). O Qualisigno é um signo da primeiridade quanto ao *representamen* e designa uma simples aparência ou qualidade que intervém na significação. O sinsigno é um signo "segundo" quanto ao *representamen* e representa um objecto ou acontecimento individualizado. O legisigno é um signo terceiro quanto ao R e representa um tipo geral. O legisigno admite uma grande variedade de aparências, o sinsigno constitui-se na representação de acontecimentos reais e o qualisigno possui como única aparência aquela mesma que o define. Esta primeira tricotomia ao apreender o *representamen* do signo em cada uma das categorias, também o apreende no movimento semiótico propriamente dito. No interior da *semiosis*, o qualisigno pertence à remissão mais simples R-R; o sinsigno ao reenvio R-O e o legisigno a R-I. G. Deledalle na sequência da terminologia de C. Morris considera esta tricotomia como a matriz de todos os "sign-vehicles", quer dizer, está na origem dos mecanismos básicos e dos suportes da transmissão da informação<sup>70</sup>. Assim, o "qualisigno" representa uma aparência pura de que se reveste todo o *representamen* para ser transmitido num signo comunicado e fazendo

<sup>67</sup> Sobre o uso do conceito de «idade clássica» do ponto de vista das teorias da linguagem, reporto-me a A. ROBINET, *Le Langage à l'Age Classique*, Paris, 1978. A "idade clássica" que ocupa na visão de A. ROBINET o período de tempo que vai de Descartes a Rousseau conhece como característica predominante - não obstante toda a complexidade de perspectivas - a concepção da linguagem como *exterioridade do pensamento*, depois de realizada a *interioridade do objecto na representação*. Entre Descartes e Port-Royal, Locke e Condillac o destino da linguagem é marcado pelo seu lugar relativo no quadro triádico dado pela representação, pelo ser e pelo signo.

<sup>68</sup> Cf. H. PARRET, *o.c.*, 100.

<sup>69</sup> Sobre a evolução da terminologia de Peirce a propósito das «tricotomias», cf., G. DELEDALLE, «Commentaire» in, C.S. PEIRCE, *Écrits sur le Signe, o.c.*, 242-245.

<sup>70</sup> G. DELEDALLE, *Théorie et Pratique du Signe...*, *o.c.*, 72-73.

abstracção da qualidade particular dessa aparência. Já o “sinsigno” é uma materialização num mecanismo básico, que implica um acontecimento real como aparência do “qualisigno”: são “sinsignos” imagens, fotografias, uma banda fílmica, etc. O “legisigno” pressupõe uma determinada relação entre o *representamen* e o interpretante e fixa na forma de convenções os mecanismos básicos da transmissão da informação pelos signos. No seu trabalho, Deledalle exemplifica por meio das regras gramaticais de combinação entre os termos e com os sistemas de escrita. A noção medieval de “*suppositio materialis*” tem aqui, também, um valor ilustrativo: quando consideramos um conjunto de termos numa proposição como “palavras”, o termo “palavra” é um legisigno. Na carta citada a Lady Welby, Peirce introduz o tipo semiótico da *réplica* que possui relações internas com os legisignos. De acordo com o exemplo citado, seriam réplicas os diferentes termos subsumíveis em “palavra”, quer dizer, cada palavra efectivamente ocorrida na proposição.

Por outro lado, a tipologia dos signos que se pode extrair das relações tricotómicas na esfera do objecto, exprime os reenvios O-R, O-O e O-I. Neste âmbito, os signos são ícones, índices e símbolos. Esta segunda tricotomia do signo é a mais conhecida de toda a obra semiótica de Peirce<sup>71</sup>. Os ícones são signos que comunicam determinados efeitos, por intermédio da natureza do objecto dinâmico: todo o ícone emana de efeitos do seu objecto e representa-o nesse modo. Os índices são signos que comunicam certo efeito, pelo facto de serem afectados pelo mesmo objecto que denotam: “não há fumo sem fogo!”. Por fim, os símbolos comunicam efeitos ao remeterem para os seus objectos pela mediação de uma norma. A este último respeito são especialmente importantes as regularidades psicológicas e gnosiológicas, que passam a funcionar no espírito como leis estabilizadoras das significações em reenvios tipificados para os seus objectos. A dimensão simbólica do processo semiótico retira toda a sua fundamentação categorial da terceidade. Esta interpenetração entre símbolo e norma dos reenvios significantes não poderia existir sem a esfera do interpretante, quer dizer, sem o movimento das ideias gerais que possibilitam actos subsuntivos. Tais actos correlacionam, necessariamente, os legisignos com as suas réplicas<sup>72</sup>.

Os ícones, índices e símbolos articulam-se de diferente forma com os tipos encontrados na primeira tricotomia (qualisignos, sinsignos e legisignos). Os signos tricotomizados à luz da segunda categoria podem incluir os da primeira classe, mas fazem-no obrigatoriamente na qualidade

<sup>71</sup> A mais divulgada depois do artigo de A.W. BURKS, art. cit., in loc. cit.

<sup>72</sup> G. DELEDALLE, *o.c.*, 73-77 (para a análise da segunda tricotomia).

de membros tipificados à luz de modos de remissão para os objectos. A coerência da inclusão da primeira na segunda tricotomia está dada logo ao nível do esquema de inclusão do primeiro universo categorial na secundeidade. Do mesmo modo que a secundeidade implicava a primeidade, assim também os signos da segunda tricotomia supunham os da primeira. Mas, tal como para as categorias, o processo semiótico completo só pode reconhecer-se na esfera da terceira tricotomia, quer dizer, no domínio em que os diferentes tipos de signos se dividem à luz do modo como remetem para o interpretante. Nesta terceira tricotomia aparecem as relações típicas I-R, I-O e I-I. Nesta terceira distinção encontramos-nos no terreno dos elementos componentes da proposição. Os signos serão, respectivamente, “remas”, “dicensignos” e “argumentos” (8.337 a Lady Welby). O rema será um simples termo apreendido de uma forma isolada e sem verdade ou falsidade intrínsecas. Representa-se como uma marca proposicional que depende do movimento judicativo para poder significar alguma coisa de determinado. Embora a noção de rema não tenha sido introduzida logo desde o início das preocupações teóricas de Peirce sobre as categorias, os conceitos subsidiários são abundantes. Em 2.250, fragmento possivelmente de 1903, Peirce considera o rema como signo de uma possibilidade qualitativa capaz de representar um objecto possível. Em 1.559, *On a new list of categories*, a análise lógica detectara a existência de um tipo primário de signo, o termo, que se empregava como um conjunto de marcas predicativas não-actualizadas (cf. 1.369 e 1.372). O dicensigno é a possibilidade judicativa do relacionamento do signo com a crença na existência real do seu objecto denotado (8.337). O dicensigno já inclui a asserção e, com ela, a verdade ou falsidade. Como antítese do rema, este segundo tipo representa necessariamente o seu objecto em associação com outros objectos, numa configuração objectiva, a que Peirce chama “facto”. Deste modo e ao contrário do rema, o dicensigno produz informação que se estrutura no interior da predicação. Um argumento pressupõe tanto remas como dicensignos e é a possibilidade de uma conclusão predicativa, com base em premissas determinadas e em legisignos<sup>73</sup>.

É imediato o reconhecimento nesta terceira tricotomia do momento discursivo ou textual da “semiosis”, que não foi incluído nem directa nem indirectamente na primeira ou na segunda tricotomias. O discurso oral ou o texto entendidos como sequências de argumentos e como produtos de raciocínios, constituem o momento semiótico superior, onde se articulam os diferentes tipos de signos, à luz de uma progressiva inclusão do ser e

<sup>73</sup> ID., *Ibid.*, 78-83.

do pensar no significar. De acordo com a terceira tricotomia, a produção de significações não é outra coisa senão a conjugação de estes três efeitos: *a captação de marcas de possibilidades (remas) em proposições dotadas de sentido, que remetem para os factos objectivos, por intermédio de certas regras gerais presentes no espírito de intérpretes possíveis*. É ainda às objectivações discursivas ou textuais do processo semiótico que se deve a capacidade para transmutar as estruturas adquiridas pelas regras gerais que servem os mecanismos interpretativos, em regras novas. A progressiva inclusão dos momentos inferiores nos superiores, desde o rema ao dicisigno e deste ao argumento, revela a própria natureza dos procedimentos de leitura, que evoluem desde momentos de indeterminação dos objectos textuais até zonas de familiaridade crescente<sup>74</sup>. Em última análise, a interpretação completa de um texto haverá de coincidir com a completa assimilação de um conjunto de regras (e da sua aplicação) que agem desde o plano normativo consciente até regiões "obscuras" da significação textual<sup>75</sup>, no estado "actual" da experiência de um intérprete. É possível descrever a construção da significação textual pelos intérpretes como um fenómeno tecido pela acção congruente de um feno-texto e de um geno-texto, quer de um ponto de vista vertical ou gerativo quer na perspectiva horizontal ou da descodificação de campos textuais de nível idêntico. Muitas possibilidades se colocam, e é possível, por exemplo, que elementos da ordem dos remas compareçam, para um interpretante, na forma exterior de dicisignos. Com efeito, numa obra, inteiros universos proposicionais podem não estar suficientemente integrados no campo argumental, de tal modo que surgem ao intérprete como autênticos fragmentos-incógnita<sup>76</sup>.

G. Deledalle e A. G. Jappy tentaram uma primeira abordagem dos problemas colocados pela textualidade a partir da obra de Peirce, na sequência da formalização matemática das tricotomias, tentada por R. Marty<sup>77</sup>. No sentido de um tratamento formal das tricotomias está uma indicação do próprio Peirce numa carta a Lady Welby de 1908, onde

<sup>74</sup> U. ECO servindo-se das tricotomias do signo de PEIRCE, refere a inclusão progressiva dos remas em dicisignos e destes em argumentos na prática da leitura. Ler significaria em termos semióticos passar da indeterminação semântica à determinação, por meio de processos de preenchimento de lacunas. Cf. U. ECO, *Lector in Fabula*, 26, 47-53.

<sup>75</sup> ID., *Ibid.*

<sup>76</sup> Para um modelo de análise textual literária cf. G. DELEDALLE, o.c., «Analyse d'un texte: *Signe d'Appolinaire*», 168 e ss.

<sup>77</sup> R. MARTY, art. cit., in loc.cit.; G. DELEDALLE, o.c.; A. G. JAPPY, «PEIRCE'S third Trichotomy and two Cases of Sign Path Analysis» in *Semiotica* 49 (1984), 15-26.

revela que tinha chegado a conceber sessenta e seis classes de signos, todas elas com base na matriz R-O-I (carta de 24/12/1908)<sup>78</sup>.

A tripla divisão das disciplinas lógicas (Gramática formal, Lógica crítica e Retórica formal) não só acompanha a tríade categorial como a tripla divisão da Semiótica numa Sintáctica, numa Semântica e numa Pragmática e, também, a última tricotomia dos signos que distingue os diferentes elementos da "semiosis" textual<sup>79</sup>. Para Peirce, as distinções adquiridas ao nível da terceira tricotomia representam a própria tríade em que se constitui a argumentação científica na sua base proposicional. É com este sentido que a tríade lógico-semiótica se acaba por relacionar com a tríade metodológica da indução, dedução e retroducção ou abducção (1.65-1.67; 5.196-5.197). As condições da representação na ciência supõem a totalidade dos percursos inferenciais de uma comunidade científica determinada. Os raciocínios dos cientistas revelam como o encadeamento das inferências tem a sua base em níveis "mínimos" de evidência - assim considerados no momento "actual" das decisões experimentais e teóricas pela comunidade científica. A investigação científica realiza a passagem da total indeterminidade para uma determinidade progressivamente instituída a nível normativo. Este o sentido do que R. Rorty entendia por uma "indeterminidade determinada"<sup>80</sup> na esfera do pensamento. Mas assim, o pensamento científico retira toda a sua realidade e eficácia do facto de se poder explicar *sub specie semiotica*, tal como a integração dos remas no universo dos argumentos:

So, that it appears that every species of actual cognition is of the nature of a Sign (7.355 - *The Logic of 1873*).

Dizer que um pensamento remete necessariamente para outros pensamentos, implica o reconhecimento de que um signo remete obrigatoriamente para outros signos<sup>81</sup>. Os processos inferencial e semiótico são esquemas regulados por uma pré-determinação do futuro de uma acção do espírito e na medida em que esses efeitos mentais obedecem a regras.

<sup>78</sup> Cf. G. DELEDALLE, «Commentaire» in *o.c.*, 242.

<sup>79</sup> Esta divisão da Semiótica em Sintáctica, Semântica e Pragmática foi inicialmente proposta por C. MORRIS, *Foundations of the Theory of Signs*, *o.c.* in loc. cit.. A doutrina de Morris sobre a pragmática evoluiu de 1938 a 1946 e é a influência de PEIRCE na última obra que em grande medida se tornou responsável por uma concepção "maximalista" da terceira dimensão da semiosis. Cf. H. PARRET, *o.c.*, 103.

<sup>80</sup> R. RORTY, «Pragmatism, Categories, and Language» in *The Philosophical Review* LXX (1961), 197-223, 210.

<sup>81</sup> Cf. W. B. GALLIE, *Peirce and Pragmatism*, 118-126.

O enunciado rigoroso da *máxima pragmática* em 5.422 dilucida esta questão: o valor intelectual do hábito reside na capacidade de afectar qualquer ideia de uma acção (de uma concepção da acção) que no futuro eu possa conscientemente associar com este hábito. A máxima pragmática é o enunciado formal da unidade entre inferências e significações e, em última análise, determina um conceito semiótico da própria verdade. Assim se compreende a concepção do “verdadeiro” que relaciona a “endless investigation”, a ideia de comunidade e a de “ideal limit”, no terreno de uma renovação da visão moderna da crença:

Truth is that concordance of an abstract statement with the ideal limit towards which endless investigation would tend to bring scientific belief, which concordance the abstract statement may possess by virtue of its inaccuracy and one-sidedness... (5.565 - *Truth and Falsity and Error*, art. do dicionário de J. M. BALDWIN -1901).

A definição alargada da Pragmática proposta por H. Parret, como disciplina que relaciona o significado/processo da significação com o uso em contextos, com o raciocínio e a compreensão, não pode deixar de ser a definição de uma formação disciplinar totalizante - implícita em Peirce e que Morris pretendeu significar como o mais pertinente ramo da Semiótica enquanto “unified science”. A Pragmática já não compreende o saber como um vasto “conhecimento sobre a essência das coisas”, mas enquanto “arte” interpretativo-descritiva ela deveria ser, à luz do conceito de “descrição” dos gramáticos de Port-Royal *um conhecimento da coisa pelos acidentes que lhe são próprios e que a determinam de um modo suficientemente claro para a distinguir de outras coisas*<sup>82</sup>. Mas, ao contrário da semântica da Idade Clássica, a Pragmática coloca a possibilidade da objectivação na dependência dos “propósitos humanos definidos”, isto é, no “endless course” e na conexão, tornada aqui possível, entre prospectiva e discurso.

### C. Conclusão - o conceito de indivíduo e o limite da experiência como categorização e como “semiosis ilimitada”

Se o conceito de experiência que se analisou neste estudo, envolve a ideia de categorização, é necessária ainda a justificação do uso de conceitos gerais frente a uma realidade que, se não se resolve completamente em indivíduos, pressupõe a individuação. A tese de Peirce sobre a existência dos gerais não retira realidade ao individual que possui,

<sup>82</sup> H. PARRET, *o.c.*, 79.

isso sim, outro tipo de existência. O conceito de individualidade é, em Peirce, muito variado, de tal modo que se pode falar nas acepções psicológica, gnosiológica, ontológica, semiótica e temporal. Mas, no espaço categorial e de acordo com K. O. Apel, o conceito peirceano da existência individual deve ser incluído no terreno da segunda categoria<sup>83</sup>. Muitos dos escritos dos C. P. vão, de facto, no sentido de conceber o indivíduo na pressuposição dos fenómenos que envolvem acção e reacção e ao lado do sentimento da resistência. A individualidade é uma noção de valor relativo e opositivo, isto é, submete-se a uma caracterização que é ou privativa ou mesmo negativa: tanto exclui a pura potencialidade qualitativa da primeiridade como a pura generalidade das leis da terceiridade (cf. 1.434, *An attempt to develop my categories...*). Por outro lado, o que faz com que a existência individual seja dotada de uma *self assertion* (1.434) é o facto de conter positivamente estas e aquelas determinações e excluir outras. A positividade da determinitude da existência individual é, aliás, a razão do princípio lógico do “meio excluído”:

(...) the individual is determinate in regard to every possibility, or quality, either as possessing it or as not possessing it. This is the principle of excluded middle (1.434).

O que Peirce chama “the root of all logical individuality” (7.532) relaciona-se, por um lado, com a positividade das determinações e, por outro lado, com a pertença da existência individual ao mundo dos fenómenos sujeitos à acção e reacção. Estes dois aspectos estão intimamente relacionados. A modalidade original da individualidade e dos fenómenos da segunda categoria é uma “blind and brute exertion of force” (7.532). A acção ou a reacção dão-se *hic et nunc* e é a sua irrepetibilidade que delas faz acontecimentos individuais (“individual event”): uma reacção que se repete não é uma mas duas reacções. Ao integrar a reacção nos fenómenos da secundidade, Peirce utilizara a noção de uma realidade “anti-general”, ao lado de asserções que negavam à “experiência passiva da qualidade”, qualquer dimensão da individualidade - “a quality... has no individuality” (7.538). A conclusão a retirar é a de que não há indivíduo sem relação.

Individuality is an aggressive unity, arising from an absolute refusal to be in any degree responsible for anything else. This a quality cannot have since it is too utterly irrespective of anything else even to deny it. A reaction, on the other hand, is an opposition, or pairedness of objects that are existentially correlative, neither existing except by virtue of this opposition (7.538).

<sup>83</sup> Cf. K. O. APEL, *Der Denkweg von Charles S. Peirce, o.c.*, 46-47.

O lugar da existência individual na secundeidade conduz a um problema de natureza lógica, embora com importantes consequências ontológicas. Com efeito, se na perspectiva lógica um indivíduo é um “conceito determinado em todos os aspectos” (8.208), no plano das existências do mundo objectivo ele não passará de um ser fictício. É por isso que Peirce afirma que os indivíduos em sentido absoluto não possuem existência no mundo objectivo, eles são *entia rationis* (8.208), pois segundo o nosso modo de conhecer a realidade objectiva, nada existe para nós que seja totalmente determinado em si, “em todos os aspectos” possíveis.

I had long before declared that absolute individuals were *entia rationis*, and not realities (8.208).

Por outro lado, o conceito de uma existência “determinado em todos os aspectos” é, também, um conceito negado em relação a tudo o que não é ele - toda a determinitude implica negatividade, segundo o conhecido princípio espinosiano. Ora, é esta possibilidade lógica dada em absoluto que não tem qualquer correspondência no mundo objectivo, nem no nosso modo de conhecer a sua realidade. Segundo a natureza abductiva da experiência, o conhecimento articula-se necessariamente com certas crenças ou proto-crenças que, tomadas na sua funcionalidade, não podem considerar-se como o composto de certezas individuais com os seus correlatos objectivos nas “realidades simples” ou nas mónadas elementares.

As existências individuais actuais são mais o resultado de um processo de individuação da generalidade do nosso pensamento, do que a generalidade do pensamento um fruto da acumulação de experiências atómicas.

Se os “indivíduos absolutos” são seres de ficção, coloca-se a questão de saber em que se fundamentam as descrições que realizamos do mundo mediante asserções de uma linguagem determinada (cuja condição de possibilidade é largamente simbólica), já que não é admissível que as descrições derivem de definições exaustivas dos objectos e do seu agrupamento judicativo. Segundo a crítica que Peirce dirige ao nominalismo, a crença numa realidade que é colecção de factos atómicos e no pensamento como o seu espelho, leva a colocar os acontecimentos futuros na dependência de uma necessidade rígida, pois também o tempo seria uma colecção dos acontecimentos acontecidos projectados e não já um “endless course” (8.208). O significado das descrições não pode residir em uma reunião de notas distintivas que exaurissem as existências, caso em que se teriam de fundar, do ponto de vista ontológico, em “indivíduos absolutos”. Numa nota de 1900, a respeito do conceito de



“internal meaning” da obra de J. Royce, Peirce chamava a atenção para o carácter sempre inacabado da experimentação que visa alcançar a inteira individualidade na existência ou uma definição total:

The internal meaning calls, then, for more and more definiteness without cessation; and the limit toward which it thus tends but never fully attains is the knowledge of an individual, in short, of God (8.115).

No mesmo sentido desta nota, as suas clarificações sobre o conhecimento por ostensão e a indicação na carta de 1905 a Mario Calderoni insistem na impossibilidade gnosiológica de traduzir mediante uma descrição aquilo que na indicação e ostensão nos aparece como uma singularidade imediata (8.208). O estatuto proposicional das nossas descrições do mundo objectivo torna impraticável a adequação esférica entre ostensão e asserção, o que, aliás, L. Wittgenstein, mais tarde, veio a demonstrar com abundantes exemplificações<sup>84</sup>.

A argumentação disseminada ao longo dos C.P. sobre a indissociabilidade entre o conceito de indivíduo e as condições da sua asserção conduzem a que se veja no indivíduo uma noção ambivalente. O indivíduo é ao mesmo tempo o conceito de uma actividade (a da determinação) e o conceito de um estado (o da inteira determinitude). Esta coincidência de aspectos diferentes não foi encarada por Peirce no seu valor contraditório intrínseco. Foi por isso que ele não prestou grande importância a uma dimensão capital da individualidade, a que fez, todavia, uma referência passageira: a dimensão da independência e da insistência em si, a “aggressive unity” ou seja, a forma negativa da “self assertion”.

A dificuldade da conceptualização do individual radica na sua recusa de “participação”, que assenta, desde logo, na negatividade. Na existência individual finita, o momento negativo não é outra coisa senão a incompletude das determinações, isto é, o não poder resolver na sua essência a unidade simples da multiplicidade total. A negatividade das determinitudes une-se com outra característica da existência individual, que é a sua identidade ou permanência no tempo sob estes ou aqueles predicados positivos.

É possível aperceber, a esta luz, a negação e a identidade como raízes do indivíduo. Nelas se contém a razão de ser de o indivíduo surgir, ao mesmo tempo, como uma indestrutível de-finição e como inefabilidade. No domínio da linguagem declarativa, esta contradição manifesta-se no facto de que quanto mais os enunciados marcam os seus referentes com

---

<sup>84</sup> Cf. entre outras passagens L. WITTGENSTEIN, *Philosophical Remarks*, Oxford, 1975, I, § 6, 54.

índices individualizadores, mais indeterminados se tornam os predicados dessa mesma individualidade. Deste modo, no próprio indivíduo parece conter-se não já uma simplicidade, que dele teria feito o elemento irreduzível do real, mas a multiplicidade. Porém, nesta contradição da individualidade se revela uma crise da aparência, que se mostra pela mediação do seu ser negativo. Ao considerar o conceito absoluto de indivíduo como um puro “ente de razão”, Peirce isolou uma dimensão da individualidade da expressão dessa mesma individualidade. Nesta abstracção, não lhe foi possível ver como o “absoluto” do indivíduo é função da individualidade real, dos existentes *in actu*.

Numa obra de 1979<sup>85</sup>, G. Hottos diagnosticava na Filosofia contemporânea continental, particularmente no que chama “discurso fenomenológico-hermenêutico” ou ainda “dissolução dialéctico-fenomenológico-hermenêutica”<sup>86</sup>, uma transformação do significado da referência extra-mental e extra-linguística, que conduzia a um privilégio dos discursos “segundos”<sup>87</sup> frente ao que se poderia chamar o *discurso realista da referência*. Embora não faça qualquer tratamento destes problemas a propósito de Peirce, o seu diagnóstico de um excesso de preocupações metalinguísticas na filosofia contemporânea, e de uma redução da temática do referente não linguístico, vai ao encontro da análise que se fez neste estudo sobre a progressiva inclusão da experiência na *Semiosis*. A significação pode funcionar, aqui, como o mais autêntico lugar do real, o “secundário” pode assimilar todo o “primário”, a ponto de a diferença entre um e outro ser, ela mesmo, um efeito de significação. Sem voltar o realismo ingênuo contra a preferência “secundária” da Filosofia contemporânea, G. Hottos coloca no âmago da viragem actual uma “forclusion do cosmos”<sup>88</sup>, que se haveria de consumir na expressão geral e muito divulgada de que “o ser é linguagem”<sup>89</sup>.

---

<sup>85</sup> G. HOTTOIS, *L'inflation du Langage dans la Philosophie contemporaine*, Bruxelles, 1979. O objectivo desta obra reside num ensaio sobre as *causas, as formas e os limites* da inflação da linguagem na Filosofia contemporânea. Dois fenómenos cruzados estariam na base deste fenómeno: 1. um domínio da referência extra-linguística pela ciência positiva e pela tecno-ciência; 2. a definição e a reinterpretacção do Homem como *zoon logon echon*.

<sup>86</sup> ID., *Ibid.*, 41.

<sup>87</sup> ID., *Ibid.*, 29: «À la déterminer en des termes d'approche linguisticiste la secondarité se caractérise par l'eclipse de la relation référentielle au profit d'une émancipation illimitée du sens». O secundário na sua faculdade proliferante afirma-se nos campos da «adlinguisticidade» e da «metalinguisticidade», esferas da modelização da referência.

<sup>88</sup> ID., *Ibid.*, 39, 45.

<sup>89</sup> ID., *Ibid.*, a respeito da posição hermenêutica de H. G. GADAMER, 43.

Como um sintoma de confirmação ulterior do diagnóstico, no trabalho comparativo de H. Parret sobre modelos de Semiótica (Peirce e Hjelmslev)<sup>90</sup>, o autor serve-se de uma tese de K. O. Apel sobre a Semiótica como Filosofia Primeira, para considerar a história do pensamento humano dividida em três grandes períodos ou três grandes “filosofias primeiras”, a saber; a *Metafísica*, a *Epistemologia* e a *Semiótica*<sup>91</sup>. Estes três paradigmas contêm categorias básicas: o ser, o conhecer e o significar/comunicar<sup>92</sup>. Eles possuem uma orientação teleológica na sua sucessão, semelhante à que se encontrou entre as três categorias de Peirce. Deste modo, o paradigma metafísico realizaria uma só das dimensões semióticas (a “semântica” na terminologia de H. Parret), a epistemologia, duas (a semântica e a pragmática) e, por fim, a semiótica preencheria as três dimensões na totalidade (semântica, pragmática e sintáctica).

Deste ponto de vista, muito próximo das interpretações actuais de Peirce, a proposição “o ser é linguagem” retiraria as suas condições de possibilidade da completa realidade do terceiro paradigma<sup>93</sup>. É tendo em vista este tipo de diagnóstico sobre a “nova ordem” da linguagem na Filosofia, que G. Hotois elaborou a sua obra, mostrando uma opacidade fundamental do “cosmos”, para além da sua decifração universal nos discursos. Tal “opacidade” não haveria de significar um sentido diferente dos sentidos da tecno-ciência e da filosofia na sua época semiótica, ou ainda um não-sentido, situação em que a sua realidade apareceria, de novo, nos quadros do “secundário”. Para G. Hotois, a “opacidade” do cosmos deve representar uma exclusão da oposição fenomenológica entre sentido e não-sentido (M. Merleau-Ponty), ou a posição de uma exterioridade à referência entendida como um puro predicado proposicional. O sentido global da “secundarização” filosófica atingir-se-ia com o “segundo” Heidegger, no qual havia residido a identificação do filósofo com a figura de um “filólogo universal”, intérprete da linguagem universal e interpeladora do ser, produção “mitológica” hodierna já preparada por *Sein und Zeit*, na ideia da co-penetração essencial e geradora de “destino” entre Homem, Linguagem, Mundo e História<sup>94</sup>.

<sup>90</sup> H. PARRET, *Semiotics and Pragmatics. An evaluative comparison of conceptual frameworks*, o.c.

<sup>91</sup> ID., *Ibid.*, 6 e ss.

<sup>92</sup> ID., *Ibid.*, 6.

<sup>93</sup> ID., *Ibid.*, 7: «To give this foundational importance to the sign system, or to discourse as the prototype of sign systems, is to criticize classical metaphysics, where the autonomy and the independence of structured reality is presupposed, and at the same time epistemology, where the autonomy and the independence of structuring subjectivity is implied».

<sup>94</sup> G. HOTTOIS, o.c., 39 e 179.

Do ponto de vista da obra de Peirce - obra em que tem lugar uma das mais explícitas intenções de integração categorial do referente da tradição do realismo ingénuo nas condições da linguagem e do simbólico - o conceito que melhor revela a problematicidade deste gesto não é, não obstante toda a pertinência das análises de G. Hottois, o conceito de "cosmos", de mundo ou de universo, que são noções simbólicas, colectivas ou de totalizações, mas o conceito de indivíduo.

Assim, frente à insuficiência de um programa filosófico que pretende rodear o simbólico no terreno mesmo em que este tem os seus alicerces, é necessário interrogar o programa peirceano de uma teoria semiótica fundada em sede categorial, do ponto de vista do próprio conceito de individualidade. Para o presente estudo, a verdadeira "forclusão" é aquela que se praticou em relação ao indivíduo. Todavia, o conceito de indivíduo de Peirce é pensado nos quadros da própria teoria das categorias, na esfera da secundeidade. Assim, este conceito não pode ser explorado independentemente de uma teoria filosófica acabada, mas ao contrário, tem de supô-la, o que o torna ineficaz num novo esforço teórico de análise, que seria de feição pré-categorial e pré-simbólico. Interessa investigar se os indivíduos que compõem a totalidade de sentido da integração categorial da experiência e dela recebem a sua identidade provisória, se podem reduzir a existências idênticas a si mesmas, se não contêm, para além da sua adesão ao universal na modalidade da sua existência mesma, a negatividade, que faz dos indivíduos as "unidades agressivas" de que falava Peirce. Com efeito, esta última possibilidade que o pensador não explorou, coincide com o difícil conceito negativo de liberdade, que é trans-categorial e trans-simbólico. Se o conceito negativo de liberdade que Hobbes melhor do que ninguém admiravelmente exprimiu na "ausência de oposição ao movimento" fosse o rebordo de uma positividade que se desconhece na sua eficiência simbólica, não restaria nenhum mistério na individualidade, que não viesse a resolver-se nas formas gerais de um mundo já sem resistência ou oposição. Mas a facticidade da oposição demonstra que no núcleo da liberdade negativa está uma independência, cuja razão de ser não é a da sua limitação, mas a de um princípio "agressivo" e negativo imanente. Este princípio não pode dizer-se de outro modo senão no próprio indivíduo separado.

Gostaria de propor ao leitor, no fim desta conclusão, quatro aspectos que me pareceram nucleares na tarefa de desenvolver novos ensaios sobre o individual, na perspectiva filosófica mas pré-categorial. Trata-se de um conjunto de proposições provisórias, que mantêm muito do seu carácter intuitivo e serão enunciadas como contrapartidas de quatro teses nucleares do pragmatismo de Peirce.

## 1. A.)

Toda a experiência comunicável do individual é um momento na *semiosis* evolutiva e dela retira as suas condições de possibilidade.

## 1.B.)

O entendimento semiótico-categorial da experiência por parte de Peirce é um dos melhores exemplos da afirmação (hoje largamente dominante) do par significação/comunicação frente ao discurso ontológico e gnosiológico, que considerava possível a representação da existência individual, na adesão esférica entre o espírito e a realidade exterior. Todavia, neste triunfo generalizado do reconhecimento da mediação linguística de toda a experiência (particularmente na esfera dos interpretantes finais), não foi possível aperceber-se o “resto” de Real que permanecia sob o discurso realista da referência e que não era, também, pensado aí. Refiro-me à concepção da individualidade, como função dinâmica da identidade e negação e não já como estado ôntico ou mental.

## 2.A.)

A *semiosis* é ilimitada e, de acordo com a prospectiva, o valor das significações particulares só é possível na significação em cadeia num “endless course”. A *semiosis* é, assim, uma totalização infinita da experiência “actual”.

## 2.B.)

Muitos sinais no mundo contemporâneo tornam possível observar uma deriva das noções de existência individual do senso-comum, no sentido da ficcionalidade (no seu amplo valor) e da existência ficcional, de tal modo que os *ficta* de diferentes formas de vida, tendem a assumir-se, cada vez mais, como modelos de realidade. A imagem de mundo que resulta desta ficcionalização da existência ou o *ficcional-real*, impôs-se pela concepção científico-técnica de um meta-mundo, como sistema aberto de uma *cadeia ininterrupta de informações*. G. Hottos tematizou o ficcional-real como ponto de cruzamento entre a linguagem da tecno-ciência, a imagem do “cosmos” instituído por essa tecno-ciência e o “secundário” filosófico nas suas diferentes variedades. O seu conceito de “fechamento na linguagem” é decisivo na compreensão destes efeitos conjugados. Mas a noção peirceana de “*semiosis* ilimitada” é, talvez, a mais pertinente conceptualização deste estado de coisas, revelando-nos na sua ideia de infinitude da “cadeia de interpretantes”, não só um mundo em aberto, mas um mundo ficcionalmente em aberto.

## 3.A.)

A humanidade é uma realidade informada do ponto de vista evolutivo e esta evolução produz o “Homem como símbolo”, quer dizer, como agregação de hábitos ou unidade normativa de princípios gerais, com um valor abductivo para a experiência “actual”.

## 3.B.)

Ao lado do mundo ficcional-real, e parecendo ignorá-lo, desenvolve-se uma expressão particular da individualidade no seu sentido antropológico e da liberdade em sentido negativo: a violência. O acontecimento violento *hic et nunc* manifesta um limite da totalização por parte dos efeitos da significação/comunicação e não uma deficiente totalização, desde logo pelo facto de, tanto o mal moral como o mal físico não poderem encarar-se, sem escândalo, como “convenções” da nossa linguagem ou da nossa cultura. A raiz do mal antropológico na dor física não torna possível a exteriorização ou comunicação: a “simbólica do mal” representa, paradoxalmente, a impossibilidade mesma de uma simbólica da dor.

## 4.A.)

Não é possível o conhecimento exaustivo dos indivíduos por meio de uma ostensão total. A experiência do individual depende do grau de maturação evolutiva dos “gerais” na incorporação na experiência actual. Toda a experiência envolve, por isso, categorização.

## 4.B.)

O repensamento da experiência como categorização, que está sempre prometido ao exercício filosófico, será tanto mais fecundo quanto melhor capturar a fulgurância do individual, mas não já como efeito da individuação do geral na sua actividade universal de simbolização, mas como um efeito transeunte do próprio indivíduo na sua negatividade. Se é evidente que esta negatividade produz efeitos, se “exprime”, não é tão certo que as modalidades da sua “expressão” coincidam com a raiz mesma do negativo. Esta descontinuidade que não é da ordem da linguagem ou do simbólico, nem da ordem da individualidade é, afinal, aquilo que, propriamente, nos falta ensaiar.